

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ATA N.º 13 DE 09/06/2023

No dia 9 de junho de 2023, reuniu, pelas 14:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do Público.

2. Período da Ordem do dia

2.1. Debate – Educação em Castelo de Paiva: Situação atual e perspetivas para a próxima década.

3. Intervenção do Público.

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro Secretário, em exercício: Manuel José Soares Marçal

Segunda Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

Deputados Eleitos presentes na sessão:

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPSD);
- José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPS);
- José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPSD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPPM);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);
- Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSD);
- Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
- Sílvia Raquel Amaral da Cruz (GMMPPM);
- António da Silva Pinto (GMPS);
- Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSD);



Fls. _____

- Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);
- Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);
- Manuel José Soares Marçal (GMPSD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
- Cristiana Sofia Martins Vieira, em substituição de Inês Duarte da Silva Martins (GMPSD) e de João Manuel Ferreira da Silva (GMPSD);
- José Vieira Gonçalves (GMPS).

Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:

- António da Costa e Cunha (GMPSD);
- Joaquim Luiz Vieira Martins (GMPS);
- Ricardo Jorge Mendes Cardoso (GMPS);
- Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPSD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPSD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPM).

Faltou: António Luis da Costa Esteves (GMPSD), sem motivo justificado.

Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: José António dos Santos Vilela, Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, António dos Santos Rodrigues, Vitor Manuel Quintas Pinho e Ricardo Jorge Martins Alves.

Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 14:00 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Inês Duarte da Silva Martins, eleita pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pelo Deputado João Manuel Ferreira da Silva, nos termos

KJ



Fls. 253

do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

- João Manuel Ferreira da Silva, eleito pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituído pela deputada Cristiana Sofia Martins Vieira, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

- Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, eleito pelo PS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituído pelo deputado José António da Costa Moreira da Rocha, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de suspensão de mandato:

- António Pedro Maldonado Martins de Carvalho, eleito pelo PSD, nos termos do previsto no artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, pelo período de 10 dias, nos termos do previsto nos termos do previsto no n.º 2 e 3 - alínea g), do artigo 4.º do Regimento da AM, e do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, que depois de apreciado foi aprovado por unanimidade.

De seguida operou-se a respetiva substituição pelo deputado José Carlos Vieira Tavares, nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 76.º da referida Lei.

O Sr. Presidente da AM abriu os trabalhos referindo que de acordo com o previsto no artigo 38.º do Regimento da AM, tratando-se a presente sessão de um debate específico, foram feitos convites às seguintes entidades a quem agradeceu a presença:

- Dr. Ricardo Agostinho, Consultor Séniior da empresa “FNWay”, que está responsável pela elaboração da Carta Educativa;
- Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, na pessoa da sua Diretora, Dra. Beatriz Rodrigues;



- Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, na pessoa da sua Diretora, Professora Emília Silva;
- Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, na pessoa do seu Vice-Presidente, Engenheiro Vitor Moreira;
- Associação de Pais do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, na pessoa da sua Presidente da Direção;
- Academia de Música de Castelo de Paiva, na pessoa do seu Diretor Pedagógico, Professor Agostinho Vieira.

Informou que ainda não estão presentes os representantes da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, que também confirmaram a sua presença.

Referiu que conforme foi determinado na reunião da Conferência de Líderes, solicitava ao requerente desta AM (GMPS) que fizesse uma breve apresentação do motivo da sua convocação.

O deputado Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para saudar a presença de pessoas e entidades que respondendo afirmativamente ao desafio que foi lançado enriquecem e valorizam esta iniciativa, nomeadamente as Senhoras Diretoras dos Agrupamentos de Escolas do concelho, Dra. Beatriz Rodrigues e Prof. Emília Silva, os representantes da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, o representante da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Castelo Paiva, Engenheiro Vitor Moreira, o Professor Agostinho Vieira, Diretor pedagógico da Academia de Música de Castelo de Paiva, o Dr. Ricardo Agostinho, Consultor Séniior da empresa “FNWay”, que está responsável pela elaboração da Carta Educativa.

Desejou que no final desta sessão todos estejam mais bem informados e conhecedores da realidade educativa e suas perspetivas futuras em Castelo de Paiva.

Sobre a convocação da presente AM extraordinária pelo GMPS, referiu que pensava que estava com sorte e que seria fácil o desempenho da tarefa objeto da convocatória, mas são tantos e tão importantes os argumentos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. 254

poderiam invocar que, afinal, tal tarefa é bem mais complexa do que julgava.

Deu nota que para quem pensa de modo diverso do GMPS, sustentando da não utilidade destes eventos, bastava atentar ao que titulava ontem no “JN – Jornal de Notícias”, e citou: “Ano letivo termina com alunos sem computador.”

Salientou que para o GMPS é sempre oportuno trocarem impressões sobre o nosso ensino pré-escolar, básico, secundário e Academia de Música; que este mais não é do que um ponto de partida de reflexão, sem partidarismos doentios, sem demagogia, sem populismos, que tem em vista colocar de modo permanente a temática da educação/ensino no centro do debate concelhio.

Questionou se a recente delegação de competências para as autarquias se processou nos moldes mais desejados pela escola; se as autarquias estariam devidamente habilitadas para o bom desempenho das novas atribuições; se apesar do curto tempo decorrido é possível extrair as primeiras ilações desta nova realidade, e se sim, quais; que sugestões existem para melhorar no futuro: será que se pode ir mais além, por exemplo, ao nível das matérias a desenvolver; para quando vão criar uma nova disciplina com vista a dar a conhecer a nossa riquíssima história passada, e recente, para que os Paivenses, mas também todos os demais, passem a conhecer melhor a sua terra e a divulga-la com honra aos quatro cantos?

Referiu que em relação aos temas intrínsecos à própria escola como instalações, quadro de professores, pessoal auxiliar, ocupação dos tempos não letivos, uso e domínio das novas ferramentas que as novas tecnologias disponibilizam, a segurança, eventuais situações de assédio que urge combater, a alimentação, o acompanhamento aos necessitados de apoio especial, margem da manobra concedida aos intervenientes escolares na elaboração de novos conteúdos, rácios, assiduidade dos professores e de alunos, a influência nefasta da reduzida taxa de natalidade e seus reflexos na escola e soluções para a combater, o que dizer do ensino à distância, do



Fls. _____

efeito “covid”, daqui a alguns anos nos alunos que mais sentiram esse efeito, o que nos reserva a tão em voga inteligência artificial na vertente do ensino, o abandono escolar e as suas causas.

Defendeu que ninguém vive em circuito fechado, pelo que a escola deverá estar aberta a uma interação mais profunda com todos os sujeitos que a compõem, mas também com o poder autárquico, com o mundo empresarial local, o mundo associativo, a sociedade de Castelo de Paiva e também de fora, porque é a união faz a força.

Realçou uma nova realidade que se traduz na vinda para o nosso país, e para o nosso concelho, de famílias e jovens oriundos das paragens mais distantes ...

O Sr. Presidente da AM interrompeu a do deputado intervenção Rocha Pereira (GMPS) para dizer que este ponto não era propriamente para uma intervenção. Disse que o período de intervenção da AM vai-se iniciar com o ponto número dois a seguir à intervenção do público, pelo que este ponto era apenas para que o GMPS, enquanto requerente da presente sessão, justificar-se perante a população da razão de terem feito o requerimento à Mesa para esta convocação.

Informou que em função disso foi determinado um período de cinco minutos, que já vai em oito, pelo que queria que o deputado Rocha Pereira (GMPS) concluisse a sua intervenção em dez segundos.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que o tempo a mais usado na intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPS) seria descontado na intervenção final do GMPS (Sr. Presidente da AM concordou).

O deputado Rocha Pereira (GMPS) retomou a sua intervenção, dando nota de uma nova realidade que se traduz na vinda para o nosso país, e para o nosso concelho, de famílias e jovens oriundos das paragens mais distantes que não falam a nossa língua, mesmo os brasileiros, com culturas, hábitos, credos religiosos, regimes alimentares, etc. Disse que com um

K
A



Fls. 255

concelho pujante na vertente da empregabilidade, da habitação, da saúde e ensino, entre outras, a probabilidade de aqui se radicarem aumentará.

Informou que houve concelhos em que se introduziu o ensino do mandarim e do espanhol para facilitar essa integração e fazer perdurar a sua presença nos respetivos concelhos.

Questionou se na área da educação e do ensino o concelho está preparado para enfrentar com sucesso este novo desafio.

Referiu que todos têm consciência, quer os que puderam estudar, quer os que não, da importância da escola na formação e educação do ser humano: papel que nos tempos que correm ultrapassará o da própria família.

Concluiu, referindo que todos têm consciência de que são os jovens de hoje que no futuro próximo irão gerir a nossa terra, os nossos hospitais, as nossas empresas e fábricas, as nossas escolas, a nossa justiça, a segurança; todos têm plena consciência de que com o contributo dos presentes, estarão a ajudar a construir, a formar jovens que tornem este mundo melhor, mais justo, mais esclarecido, mais solidário e mais tolerante.

1. Intervenção do Público.

O munícipe José Adelino Nunes, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dar os parabéns à AM pelo agendamento da presente sessão para a discussão da educação em Castelo de Paiva.

Felicitou o deputado Rocha Pereira (GMPS) por ter manifestado a vontade de se incluir o tema da história do concelho no plano curricular das nossas escolas: é preciso contar aos alunos a história do nascimento das bandas de música do concelho; a história da monarquia em Castelo de Paiva, dos nossos antepassados.

O munícipe José Joaquim Moreira, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para denunciar a existência de tráfico de droga junto à escola sede do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva.

Denunciou também os maus hábitos alimentares dos alunos daquela escola, visíveis pela ingestão de alimentos processados adquiridos nos estabelecimentos comerciais que ali existem.

2. Período da Ordem do dia

2.1. Debate – Educação em Castelo de Paiva: Situação atual e perspetivas para a próxima década.

O Sr. Presidente da AM abriu este ponto ao debate de acordo com a ordem de intervenções e com os tempos por intervenção previamente definidos para o efeito.

O Dr. Ricardo Agostinho, Consultor Séniior da empresa “FNWay”, responsável pela elaboração da Carta Educativa, usou da palavra começando por agradecer o convite que lhes foi enviado para intervir na presente sessão.

Deu nota que preparou em conjunto com a Dra. Susana Santos, técnica da empresa “FNWay” que também está a trabalhar na revisão da Carta Educativa, uma pequena apresentação para enquadrar o que está a ser feito e o ponto situação dos trabalhos executados até o momento.

Informou que é um processo que foi iniciado sensivelmente em março e que está agora no término da sua primeira fase mais morosa e mais complexa que é a do diagnóstico.

Informou que irão apresentar as conclusões preliminares desse diagnóstico e também o que consta como elemento obrigatório da revisão da Carta Educativa, que é uma projeção demográfica para conseguir perspetivar a própria reorganização e apresentação de propostas para a rede educativa, e não só, indo além também das questões materiais e também para questões materiais. Disse que nesse sentido preparam algumas notas muito prévias de caminhos a seguir em termos do que poderá ser o quadro estratégico a implementar.

Realçou que esta sessão, para além do momento político do debate que se pretende efetivar, também será muito importante para a empresa no sentido de recolher contributos dos vários representantes das várias forças políticas, de várias esferas da sociedade que estão presentes, para lhes permitir verter esses contributos no quadro estratégico.

15



Fls. 256

Deu nota que acabam por ter um momento de auscultação, de trabalho e de valia técnica para a empresa na elaboração desse documento em articulação com os serviços do Município.

Informou que o trabalho se estruturou em quatro etapas fundamentais: uma primeira etapa de planeamento detalhado dos trabalhos; uma etapa de diagnóstico, a etapa dois, na qual se encontram, e que é a etapa mais morosa, que vai dar origem à entrega de um relatório de diagnóstico onde está incluído o estudo prospetivo e um primeiro esboço daquilo poderá ser o quadro estratégico. Disse que estão na fase final da elaboração desse documento, para depois serem discutidas propostas de execução, sendo que parte delas podem já ser hoje abordadas e certamente que terão contributos para depois incorporar, e entregar com o documento final no qual estarão vertidas as propostas de execução e as principais conclusões do diagnóstico.

Informou também que entre 17 de abril e 2 de maio fizeram uma série de momentos de auscultação com algumas das entidades aqui presentes e outras que não estão, onze sessões de auscultação entre ações virtuais, presenciais e híbridas. Disse que reuniram com várias entidades, agentes políticos, agentes educativos, num total de quarenta e seis pessoas ouvidas neste processo, desde o Conselho Municipal da Educação, instituições de educação e ensino, a comunidade escolar, os Presidentes de Juntas de Freguesia, Vereadores eleitos, tecido social, tecido cultural e desportivo e tecido empresarial, ou seja, foi um processo alargado importantíssimo que estará vertido no diagnóstico a ser apresentado em breve.

Deu nota que o diagnóstico é estruturado em cinco níveis: diagnóstico territorial, demográfico, socioeconómico, educativo e o estudo prospetivo da evolução demográfica que se perspetiva para o território.

Referiu que o enquadramento territorial implica analisar o posicionamento do concelho, a sua organização por freguesias, a população residente neste momento, as questões das acessibilidades, da mobilidade e da articulação com os concelhos limítrofes de Penafiel, Marco de Canavezes, Cinfaes,



Fls. _____

Arouca e Gondomar; que ao nível do diagnóstico demográfico é fundamental observar aquilo que é a perda populacional, ou seja, está-se a falar de um acréscimo populacional entre 1991 e 2001, e uma perda constante de população entre 2001 e 2021: entre 2011 e 2021 a perda foi de 7%. Disse que isso se reflete na própria estrutura etária da população, a pirâmide etária evidência que estamos a envelhecer, os grupos etários no topo da pirâmide estão a ficar cada vez mais largos, ou seja, a população mais envelhecida, em detrimento da base da pirâmide que está a emagrecer, isto é, estamos a perder população jovem e a nascer cada vez menos crianças. Referiu que a taxa de natalidade é disso também reflexo: 5,4% em 2021, inferior àquilo que são as escalas comparativas ao nível do país, região norte e sub-região do Tâmega e Sousa, todas elas com taxas de natalidade superior àquela que é verificável no conselho de Castelo Paiva; a mesma coisa com a baixa densidade populacional, ou seja, um território ainda marcadamente rural e disperso; o índice de envelhecimento também está abaixo dos valores nacionais e regionais, mas está superior ao valor sub-regional, 177,8% (Tâmega e Sousa apresenta 149,5%); taxas de crescimento naturais e negativas; taxas de crescimento migratório também elas negativas, ainda assim com uma entrada no território cada vez mais expressiva de população estrangeira. Disse que com base nos dados que estão disponíveis nas fontes oficiais, têm o registo de 115 residentes estrangeiros originários do Brasil, Bangladesh e China, sendo que, no entanto, há uma franja da população que não entra nesta estatística porque ainda não tem a sua situação legalizada e que fará aumentar aqueles números.

Em relação à variação da dimensão dos agregados, disse que verificaram que entre 2011 e 2021 há uma tendência não só em Castelo de Paiva, mas também a nível do contexto macro, para agregados cada vez mais pequenos, as pessoas têm cada vez menos filhos e, obviamente, tiveram um aumento de 17% e de 35% de agregados com uma pessoa, duas pessoas no

61



Fls. 257

máximo, e agregados com quatro, cinco ou mais pessoas a cair bastante e a evidenciar esta perda populacional e este esvaziamento das escolas.

Sobre o diagnóstico socioeconómico, referiu que o número de empresas tem vindo a aumentar, bem como o número de pessoal ao serviço. Disse que havendo um decréscimo populacional e havendo um aumento do número de empresas, obviamente que a taxa de desemprego também tenderá a diminuir, sendo que ainda assim, e isso é visível, na tendência da taxa de desemprego com ligeiras oscilações: houve um período de subida marcado pelo surgimento da pandemia, sendo que, entretanto, está-se novamente num período de decréscimo do desemprego no concelho.

Deu nota que olhando para dados da própria estrutura económica, o setor secundário continua a assumir a maior preponderância ao nível do emprego e do valor gerado.

Referiu que o ganho médio mensal é também de trazer para este debate, porque tem a ver com o rendimento das famílias (ganho médio mensal de 957,00€) inferior ao que é observável ao nível do país (1.289,00€), norte e também no Tâmega e Sousa, o que coloca entraves e desafios às próprias famílias.

Salientou a diminuição da taxa de analfabetismo e a taxa de abandono escolar também cada vez mais residual, algo que também é um indicador positivo.

Relativamente ao diagnóstico educativo, ou seja, olhando para a rede, como é que se organiza a rede educativa do concelho, disse que está-se a falar de 29 estabelecimentos escolares, 23 públicos, 5 privados e um de ensino artístico, com a sua distribuição sobretudo concentrada no setor mais a norte em torno da sede de concelho, e também no setor sul/sudoeste, na área do Couto Mineiro, mas também com um esvaziamento mais expressivo desta área do concelho em detrimento da centralidade exercida pela sede concelho. Disse que houve um total de 2.617 inscritos em 2022; houve uma evolução negativa e bastante expressiva entre 2012/2013, ou seja, olhando para os últimos dez anos, de 33% do número de inscritos,



algo que é expressivo e preocupante, visível em todos os níveis de ensino, isto é, desde o ensino pré-escolar, com 27% de perda em dez anos, até o 2.º Ciclo, com 43%, e o ensino secundário, com 24%.

Informou que olharam também para os movimentos pendulares de entrada e saída, da atratividade que Castelo de Paiva desempenha em relação aos concelhos limites, mas também que os concelhos limítrofes desempenham em relação a Castelo de Paiva. Disse que verificaram que em termos de saídas de alunos para estudar fora do concelho isso ocorreu para Felgueiras, Penafiel, Porto (a assumir a maior fatia com 35%), Vila Nova de Gaia e Aveiro, sendo que ainda assim Castelo de Paiva atrai alunos de outros concelhos, sobretudo de Marco de Canavezes, Cinfães (39%), Penafiel, Celorico de Basto e Felgueiras.

Referiu que também analisaram os níveis de ocupação dos vários estabelecimentos de ensino. Disse que não há nenhum estabelecimento identificado com sobreocupação, mas sim o oposto, ou seja, há vários estabelecimentos em subocupação, isto é, a ficar com uma escassez de alunos que justifiquem a manutenção desses estabelecimentos, sobretudo ao nível do 1.º Ciclo e do ensino pré-escolar.

Deu nota que olharam para a oferta de educação e formação de jovens. Disse que existem cursos científico-humanísticos, cursos profissionais, cursos de aprendizagem e cursos de música, a educação e formação de adultos ao nível do “EFA”, formação de docentes e de não docentes.

Informou que está-se a falar de 245 docentes, em 2020/2021, e de 142 efetivos de corpo não decente. Disse que importa realçar um corpo docente muito envelhecido que importa olhar com preocupação, olhar para a sua renovação, atração e fixação no território.

Realçou que as taxas brutas de escolarização são bastante positivas, porque o concelho além de dar resposta aos jovens e crianças do concelho, consegue também atrair de conselhos vizinhos, o que faz com que a taxa bruta de escolarização seja bastante expressiva.

KJ



Fls. 258

Em relação às taxas de retenção e desistência, disse que são mais expressivas no ensino secundário, 5%, mas cada vez mais residuais.

Deu nota que olharam para as provas de aferição para perceber em que disciplinas há maior ou menor dificuldade, quer nestas provas, quer nas provas finais do 3.º Ciclo do ensino secundário, em que sobretudo a matemática, física e química, são aquelas com maiores dificuldades. Relativamente às questões e respostas socioeducativas, disse que a percentagem de alunos com acesso aos escalões da ação social escolar, sobretudo no escalão C, é de 61%; que ao nível do transporte escolar também foi analisado o circuito de transporte para perceber se é necessário fazer reajustes nessa matéria; que também foram analisados projetos educativos que existem dinamizados por outras instituições.

Informou que as estimativas e as projeções que elaboraram apontam todas elas para um continuar de perda demográfico, acompanhando e agravando a tendência já verificada, e cruzando aqui quer os dados dos censos, que tem sobretudo a ver com questões demográficas, mas entrando também com uma outra projeção que tem em linha de conta as migrações e questões relacionadas com a vertente económica. Disse que se se aplicar essa projeção mais aberta, consegue-se alcançar uma tendência ainda mais negativa, ou seja, aquilo que perspetivaram em termos de evolução demográfica até 2035 é que se continue a perder população com todos os desafios que isso implica ao nível da organização da rede escolar e das respostas.

Informou também que essas projeções são feitas com base em dados demográficos, socioeconómicos, não têm em linha de conta questões que venham a surgir ao longo destes dez anos e que, de alguma forma, venham a mudar e a introduzir uma nova variável que neste momento é impossível de prever, como, por exemplo, a instalação de uma unidade empresarial que atrai um grande número de pessoas ao território, e que isso vai obviamente dinamizar. Disse que com os dados que têm disponíveis no momento a projeção não aponta para um cenário positivo, é de continuação



Fls. _____

de perda de população, sobretudo, 17%, na UF da Raiva, Pedorido e Paraíso, ou seja, a freguesia mais a oeste, e Santa Maria de Sardoura, com as maiores perdas populacionais, sendo que essas perdas são menos visíveis na sede do concelho e nas freguesias mais urbanas.

Em relação à evolução da população estudantil, disse que se consegue perceber que no horizonte 2023/2035, prevê-se que ao nível da educação pré-escolar vá haver uma redução de 56% face ao cenário atual (grupo que tem a maior perda), mas que essa perda é observável em todos os níveis de ensino: 1.º Ciclo com 15%, 2.º Ciclo com 16% e o ensino secundário com 41% de perda. Disse que também fizeram essa análise por freguesias e por nível de educação, sendo visível que Santa Maria de Sardoura é quem mais perde população estudantil, 42%, a UF da Raiva, Pedorido e Paraíso perde 35%, e um onde a perda é menos expressiva é na sede do concelho, mesmo assim a perder 19% da população estudantil no horizonte 2023/2035.

De seguida deu a palavra à Dra. Susana Santos para explicar melhor esta parte.

A Dra. Susana Santos usou da palavra para dar nota que este é um exercício para avaliar as necessidades da oferta, ou seja, olhar para aquilo que são os indicadores atuais, isto é, da realidade em 2022/2023, e de acordo com os dados da empresa decorrentes do estudo prospetivo, perceber se a oferta que atualmente existe ao nível de estabelecimentos de educação e ensino será suficiente para a resposta à procura que perspetivam-se as atuais dinâmicas se mantiverem. Disse que o que se percebe é que face ao retrato atual do número de inscritos e dos níveis de ocupação, a zona da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso está com pouco número de inscritos (Pré-escolar), o que aponta para uma eventual concentração de equipamentos ao nível da EPE.

Deu também nota que ao nível do 1.º ciclo, foram apenas identificados aqueles que têm baixos níveis de ocupação. Disse que mais uma vez se verifica esse baixo nível na UF da Raiva, Pedorido e Paraíso; que ao nível do 2.º e 3.º Ciclo e ensino secundário, disse que pode também haver a

prazo, daqui a oito/dez anos, uma reconfiguração ao nível das ofertas educativas, ou seja, ao nível da partilha do 2.º e 3.º, devido a esta tendência de decréscimo de inscritos que se perspetiva, tendo em conta o cenário atual e a perspetiva para o futuro que possa existir um reajustamento dessas ofertas.

O Dr. Ricardo Agostinho interveio novamente para dar nota que estão a terminar a fase de diagnóstico e a começar a pensar e a estruturar o que será o quadro estratégico e o plano de ação.

Referiu que para já queriam apontar três eixos estratégicos, ou seja, o plano de ação estruturado em três eixos estratégicos: um deles, relacionado com questões mais físicas e materiais estritamente ligado à questão da rede educativa, pelo que propõem, para já de uma forma preliminar, mas vertendo já os contributos que resultaram da auscultação e da análise de todos os dados que já foi feita, reconfigurar a oferta educativa a médio prazo reduzindo a oferta de escolas, integrando os respetivos inscritos em escolas de acolhimento e a eventual criação de centros escolares; requalificar e modernizar as escolas de acolhimento no médio prazo, ou seja, acompanhando a redução, criando escolas mais atrativas, mais modernas, mais inovadoras; garantir a oferta do ensino pré-escolar do 1.º Ciclo em todas as freguesias do concelho, pese embora seja evidente que algumas freguesias estão com números cada vez mais residuais de número de inscritos. Disse que continuam a achar que ao nível da coesão social e territorial é importante manter, pelo menos, o ensino pré-escolar e o 1.º Ciclo; reabilitar a antiga escola EB2/3 de Castelo de Paiva; constituir um polo de ensino superior, fazendo a ligação à questão da música pela diferenciação que traz ao território; reforçar a aposta no ensino profissional, eventualmente com a criação de um polo de ensino profissional no concelho articulado com as necessidades do tecido socioeconómico local (quando falaram com as empresas e com as associações, perceberam que há essa desarticulação, sobretudo com o tecido económico, pelo que é necessário adaptar cada vez mais o ensino e a formação com as

necessidades do tecido empresarial e a criação de um polo dedicado nesse sentido no concelho será fundamental); a monitorização da implementação do plano de ação da Carta Educativa e a sua atualização ao longo do tempo; criar a versão digital interativa da revisão da Casa Educativa de 2023, que ficará depois vertida numa plataforma digital na qual será atualizada e consultada quase em tempo real.

Deu nota que um segundo eixo estratégico é o da oferta formativa e sucesso escolar. Disse que para além das questões materiais que são as obrigatórias por lei, adicionaram também um conjunto de medidas que vão além das questões obrigatórias, e que têm a ver com a rede educativa, porque acham que também valoriza o trabalho e dá mais ferramentas aos municípios, aos executivos, e às instituições para colocar outras medidas em prática; diversificar as estruturas de apoio socioeducativo nos agrupamentos de escolas; um maior acompanhamento aos alunos em várias áreas; apostar na formação do corpo docente e não decente; diversificar as atividades educativas desenvolvidas pelos agrupamentos escolares em articulação com as associações locais, quer desportivas, quer culturais (a ligação à história, a ligação à tradição, a ligação ao património); aproximar as escolas do tecido associativo empresarial através da maior complementaridade; promover e valorizar o mérito escolar; colocar os nossos alunos a trabalhar em rede em programas nacionais e internacionais e fomentar essas sinergias.

Por último, referiu, um eixo estratégico mais abrangente a nível territorial, ou seja, que mexe mais com as dinâmicas que vão além da educação, mas que estão na base da mesma: promover a atração e a fixação de novas famílias no concelho; aumentar o número de vagas de creches e, eventualmente, tornar a oferta pública de creches; criar uma plataforma de divulgação das ofertas de emprego qualificado disponíveis no concelho, atrairindo recursos humanos qualificados e dando também essa ferramenta aos que cá estão; reforçar o apoio à natalidade, à parentalidade positiva; reforçar as iniciativas culturais e desportivas promovidas pelo Município,



Fls. 260

salvaguardando a inclusão da comunidade civil e escolar; apostar nas dinâmicas de educação parental, também para prevenir as questões da toxicodependência, do abandono escolar e do absentismo; melhorar as acessibilidades para atrair mais população e mais alunos ao concelho; qualificação e reafectação de escolas desativadas, quer seja para habitação, para serviços, para equipamentos, para as associações, ou seja, não deixar cair nesse património no abandono.

Concluiu, referindo que estão abertos a todos os contributos que possam vir da parte dos deputados da AM para que o documento seja o mais completo possível, mais aberto, e ajustável ao que são as expetativas de todos os intervenientes na comunidade.

O Sr. Presidente da AM deu a palavra à Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, Professora Emília Silva.

A Professora Emilia Silva usou da palavra para dizer que o sistema de educação em Castelo de Paiva tem funcionado muito bem até ao momento. Referiu que existe uma escola EB2/3 no Couto Mineiro com o pré-escolar e o 1.º Ciclo; já tiveram o ensino profissional e os cursos de educação e formação, mas por razões óbvias tinham falta de alunos, pelo que não conseguiram manter esses cursos.

Concordou que é um facto que a população estudantil tem vindo a reduzir bastante, mas têm dado respostas à população do baixo concelho, senão teria de se deslocar para a zona de Sobrado; que têm uma escola secundária que tem dado respostas à maior parte dos seus alunos, defendendo que o abandono escolar no concelho é zero; que têm participado em projetos no sentido de potenciar a aprendizagem dos alunos, mas que não se podem esquecer que os números falam por si: no passado já encerraram várias escolas no Couto Mineiro, tendo demonstrado abertura para negociar com o Município o encerramento de outros estabelecimentos de ensino.

Informou que em 2013 se candidataram ao contrato de autonomia que ficou muito aquém daquilo que estavam à espera da parte do Ministério da



Fls. _____

Educação, mas que de qualquer forma deu-lhes alguns recursos humanos para apoios educativos.

Informou também que se candidataram ao programa “Clube de Ciências Vivas” no âmbito do “PRR – Plano de Recuperação e Resiliência” para recuperar as aprendizagens dos alunos no ensino experimental das ciências. Concluiu, referindo que têm feito tudo para irem ao encontro das necessidades dos alunos do Couto Mineiro.

O Sr. Presidente da AM deu a palavra à Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, Dra. Beatriz Rodrigues.

A Dra. Beatriz Rodrigues usou da palavra para dizer que a temática da educação é merecedora de todos os debates possíveis, é um assunto que os deve preocupar a todos, desde os munícipes até aos órgãos de direção estratégica, aos órgãos internos da escola, ao próprio Município e ao Ministério da Educação.

Referiu que ouviu uma intervenção na qual foram levantadas algumas questões relativamente a computadores dos alunos, ao apoio que se pode dar àqueles que vêm de fora do concelho, de outros países, questões relacionadas com a própria vivência dos alunos extar-escola, algo que daria um debate imenso.

Informou que o Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva felizmente tem muitos alunos, um número mais reduzido que aquele que queriam fruto das contingências normais do país. Disse que não é só o Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva que está a sofrer com a redução de alunos, dado que isso tem a ver com a redução demográfica, com a imigração, pelo que não se pode focalizar só os agrupamentos como tendo menos alunos, quando eles tem outras saídas a nível da educação, como sejam cursos de aprendizagem, outros cursos relacionados com o ensino profissional que vão obter resposta, não aqueles cursos que existem no Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, mas noutras instituições e, portanto, estando integrados no sistema de ensino há uma resposta para eles.

K
F



Fls. 261

Deu nota que no Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva têm a funcionar várias turmas do ensino profissional, e têm também cursos científico-humanísticos. Disse que há várias vertentes diferentes quer num, quer outro curso, com particularidades adstritas aos mesmos, e têm tido sucesso todos os alunos que têm saído com a preparação que lhes é dada. Deu também nota que têm imensos projetos para fazer vivenciar as experiências pedagógicas dos alunos, e não só, ou seja, fazer o completamento do ser humano com experiências que os levam a não só adquirir conhecimentos pedagógicos, mas também socioculturais.

Explicou que não é possível criarem uma disciplina no currículo sobre o estudo do concelho, porque não são eles que criam as disciplinas nos currículos. Disse que há projetos no agrupamento, nomeadamente, no âmbito da cidadania e dos domínios da autonomia curricular, em que o nosso concelho, por exemplo, é uma das temáticas muito trabalhadas nas diferentes turmas, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

Salientou que têm tido muito sucesso nos alunos que saem do ensino científico-humanístico para estudos no ensino superior; que também estão muito satisfeitos com os resultados no ensino profissional, fruto do ensino que é ministrado no agrupamento e também das parcerias que fazem com as instituições locais e regionais. Referiu que conseguem uma grande preparação dos alunos quer ao nível pedagógico, quer a nível técnico, sendo que muitos deles estão empregados, pelo que acha que a educação está muito bem no nosso concelho.

Defendeu que a passagem para o Município das competências na área da educação assustou um bocadinho no início, mas tem havido um esforço da autarquia conjugado com o agrupamento para que tudo corra pelo melhor. Realçou que continuam a ter falta de Assistentes Operacionais para dar a resposta adequada àquilo que se passa nas nossas escolas, nomeadamente na escola sede onde têm imensos alunos, onde os espaços se mantêm com muitas salas, muitos corredores, muitos edifícios, espaço exterior enorme,



Fls. _____

pelo que é preciso uma vigilância apertada para que tudo ocorra pelo melhor.

Deu nota que o que mais os preocupa neste momento é que o “IGEFE – Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P” transpôs para o Município todas as fontes de financiamento no que diz respeito à gestão interna das escolas, nomeadamente, a aquisição do material escolar e outros para o desenvolvimento das atividades letivas, e que isso será uma questão que vão ter que debater em conjunto. Disse que já solicitaram uma reunião e o Município está disponível para articularem, porque não havendo dinheiro no agrupamento das fontes de financiamento, como era normal existir, obviamente que todas as requisições de material terão que passar pela autarquia e terá que haver uma articulação que se seja mais ágil, de modo a darem a resposta a que estavam habituados.

Informou que todos os alunos têm direito a computador, e quem não os tem é porque os pais os recusaram e não os levaram para casa. Disse que a escola cedeu computadores para os alunos fazerem as provas.

Esclareceu que a saída dos alunos da escola para o exterior tem a ver com a autorização que os encarregados de educação lhes dão, não é a escola que autoriza que os alunos saiam. Informou que os alunos têm um cartão que tem a informação registada pelos encarregados de educação, onde indicam se autorizam que os alunos saiam na hora do almoço; se saem após não terem mais aulas ou apenas, e só, no final das atividades letivas. Disse que têm de deixar sair os alunos na hora de almoço, porque senão estão a ir contra uma orientação dos encarregados de educação, sendo que quando eles vão para o “Lidl”, para as máquinas que existem no exterior, para os edifícios que estão abandonados, para um tanque que existe por baixo da escola secundária, já reportou essa situação à “GNR – Guarda Nacional Republicana”, e a resposta que a entidade deu foi que se os pais autorizam que andem cá fora, que isso já não é da sua responsabilidade.



15

Fls. 262

Informou que têm uma nutricionista a trabalhar no agrupamento colocada pelo Município que é quem faz as ementas para os alunos, e que a escola continua a ter um refeitório através da gestão direta.

Informou também que o agrupamento tem menos turmas (redução ligeira), sendo que todas as turmas estão aprovadas pela tutela; haver, ou não haver, menos alunos por turma tem a ver com a situação geográfica do concelho. Disse que a Dgeste aprova as turmas da forma como elas estão tendo em conta o superior interesse dos alunos, e as particularidades de cada região, pelo que se o concelho não tem um centro educativo, ou dois centros educativos, que abarquem todas as escolas do concelho, obviamente que esta particularidade é vista por quem aprova as turmas.

Referiu que quando têm mais do que uma escola as crianças concentram-se numa determinada escola, como por exemplo Santa Maria de Sardoura, em que a única escola que ficou sem atividade letiva para 2023/2024 foi a de Oliveira Reguengo logo no 1.º Ciclo, porque o pré-escolar manter-se-á em funcionamento.

Relativamente aos alunos oriundos de países estrangeiros, referiu que a escola toma as medidas necessárias, nomeadamente, através do português língua não materna. Disse que muitas vezes não podem abrir turmas porque têm de ter no mínimo dez alunos para abrir uma turma de português língua não materna, e não têm esse número de alunos, pelo que os professores de português fazem um teste aos alunos, fazem uma triagem mediante uns exames próprios, para perceberem se os alunos devem integrar turmas de português dito normal ou se devem integrar as turmas de português língua não materna. Referiu que não havendo português língua não materna, a escola dá resposta através de apoios extra que esses alunos têm.

O Sr. Presidente da AM deu a palavra ao Professor Agostinho Vieira, Diretor Pedagógico da Academia de Música de Castelo de Paiva.

O Professor Agostinho Vieira usou da palavra para dizer que já teve a experiência de estar neste órgão nos anos oitenta, enquanto primeiro secretário da Mesa, numa altura em que se debatiam dois temas muito



complicados no concelho: a suspensão das obras da Barragem do Seixo e a compra da Quinta do Pinheiro. Disse que foi uma experiência muito enriquecedora e muito formativa, tendo tido também o privilégio de ser Vereador durante muito pouco tempo.

Referiu que a longa carreira de docente que iniciou no letivo de 1976/1977, concedeu-lhe o privilégio de ter exercido funções de direção e gestão de topo do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, na anterior escola preparatória, e nos últimos anos em representação da Academia de Música de Castelo de Paiva como entidade cooptada, por isso sucessivamente eleito Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, e no presente mandato também foi designado como representante da Academia de Música no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão.

Informou que em 1988, com a devida autorização do Ministério da Educação, e em regime de acumulação, passou a desempenhar o cargo Diretor Pedagógico de escolas do ensino artístico especializado, na fundada Academia de Música de Castelo Paiva; que em 2019, com alguns colegas Diretores Pedagógicos das escolas de vários pontos do país, constituíram uma associação de Diretores Pedagógicos, da qual é o Presidente, pelo que sempre se preocupou em atualizar conhecimentos na área da educação, não ficando meramente por um curso que teve no início que o capacitou para ser professor no ensino público, pelo que considerou que perante os desafios da educação, devia aperfeiçoar os seus conhecimentos e voltar novamente à universidade para fazer um curso na área das ciências da educação; que isto é importante referir, porque está-se sempre em constante formação e só assim é que se consegue perceber o desenvolvimento que vai acontecendo no mundo da escola.

Salientou que esta menção ao currículo na educação justifica a legitimidade do saber empírico epistemológico que obteve, ao mesmo tempo que outorga o seu conhecimento privilegiado da educação no nosso concelho nas últimas décadas.

Deu nota que quando em 1977 iniciou funções na Escola Preparatória de Castelo de Paiva, o ensino vivia tempos de grande agitação na área da gestão e da administração pela organização e desordem social no período pós-revolucionário que o país atravessava, ainda numa fase de reorganização das suas estruturas organizativas e da retoma do poder. Disse que foram os professores e os funcionários que diligentemente asseguraram o funcionamento das escolas, garantindo que o processo educativo cumprisse a sua nobre e legítima missão.

Referiu que a degradação dos espaços e equipamentos escolares era notória.

Recordou que a Escola Preparatória funcionava no antigo Externato Alfredo Ferreira Guedes, que não reunia as mínimas condições para a ação pedagógica e para a implementação de um projeto educativo que privilegiasse o mérito escolar; que as escolas primárias, algumas do Plano Centenário, pela sua decrepitude não cumpriam os requisitos mínimos para receber as crianças e os seus professores, numa época em que as famílias se tornaram mais sensíveis e exigentes com o fenómeno educativo. Disse que nas últimas décadas construíram-se escolas de raiz; procedeu-se à requalificação de espaços; equiparam-se os estabelecimentos com materiais educativos, tecnológicos e de apoio social aos alunos e famílias; instalaram-se pavilhões ginnodesportivos para a prática desportiva; abriram-se bibliotecas escolares e públicas; criaram-se serviços de apoio às crianças e às famílias mais desfavorecidas; as crianças e jovens beneficiaram de transportes escolares gratuitos; tiveram acesso a material escolar e a refeições gratuitas ou a baixo preço; a escola tornou-se inclusiva, igualitária e geradora de oportunidades.

Referiu também que no tempo presente, invocando um conjunto alargado de indicadores relacionados com instalações, equipamentos, professores, alunos e funcionários, o cenário não é confrangedor, contudo, deve inquietar a todos. Disse que alguns dos indicadores referidos poderão pôr em causa o desempenho e a operacionalidade das estruturas existentes,



Fls. _____

desde logo o que se refere à dramática baixa da natalidade que se tem acentuado no nosso país e no nosso concelho; que enfrentamos uma das piores crises no que diz respeito ao nascimento de novos cidadãos e ao progressivo envelhecimento da população.

No que se refere à natalidade, referiu que podem-se identificar diversos fatores para justificar a quebra dramática de nascimentos, nomeadamente, o aumento do número de mulheres inseridas no mercado de trabalho; a crise que assolou o mundo em 2015 e a pandemia do Covid-19. Disse que nos últimos dez anos o ensino não superior, incluindo o pré-escolar, perdeu cerca de 421.000 alunos, dos quais cerca de 90.000 no ensino secundário, sendo que este decréscimo irá continuar nos próximos anos e irá afetar de forma muito significativa todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao ensino superior, pelo que há que encarar o futuro com realismo, procurando novas soluções e novas políticas. Acredita que a situação poderá reverter-se gradualmente, à medida que as condições económicas e sociais das famílias forem mais vantajosas.

Defendeu que a natalidade está muito prejudicada pelas condições salariais, pela precariedade laboral e pela dificuldade no acesso à habitação pelos jovens casais. Deu nota que em Castelo do Paiva tem-se verificado uma crescente oferta habitacional, fator relevante e decisivo para atrair e fixar casais jovens, a que acresce um aumento de imigrantes que optaram por morar na nossa terra e que começa a ter repercussão na escola, que se está a tornar cada vez mais multicultural. Questionou até que ponto seremos capazes de cativar esta onda de imigração: têm a palavra os responsáveis locais e o tecido económico e social.

Realçou que outra dificuldade sentida por casais jovens é a reiterada falta de oferta de creches onde colocar os bebés, dado que as creches existentes no concelho não satisfazem a procura, e a Segurança Social não permite a existência de vagas extra, nem a sua reserva. Disse que na vigência do programa “Creche Feliz”, destinado à aplicação da gratuidade nas creches, é tida em conta a avaliação social e económica das famílias no

KF

Fls. 264

preenchimento de vagas, ou seja, os casais da suposta classe média, por não cumprirem os critérios prioritários, vêm-se impedidos de aceder às limitadas vagas, pelo que esta é uma dificuldade que é necessário resolver junto da Segurança Social, que deve autorizar o aumento das vagas das instituições privadas de solidariedade social do conselho.

Referiu que recentemente o Sr. Primeiro-Ministro sustentou que na Europa não se pode olhar só para os mais frágeis, só para aqueles que estão numa situação de pobreza, reiterando que é necessário defender as classes médias para proteger a liberdade e a democracia europeia, sendo que perante essas afirmações é urgente passar das palavras aos atos.

Defendeu que no ensino público regular a resposta dos agrupamentos de escolas tem sido bastante satisfatória, tem correspondido à realidade da procura, graças ao maior envolvimento da sociedade, às políticas públicas implementadas e também ao trabalho profícuo dos professores e da comunidade escolar.

Realçou que se desvaneceu a chaga do abandono escolar, e a eficiência das escolas reflete-se nos resultados escolares dos alunos; que no prosseguimento dos estudos para o ensino superior os jovens que estudam no concelho têm obtido resultados de elevado mérito; que o ensino profissional tem-se adequado à realidade local; que o ensino artístico especializado de responsabilidade da Academia de Música de Castelo de Paiva é reconhecido a nível nacional como um exemplo a seguir. Disse que ressalvava que a evolução que se tem feito sentir não está concluída, havendo ainda um longo caminho a percorrer.

Manifestou a sua preocupação com a instabilidade que se tem verificado nas escolas, nomeadamente, a contestação dos professores do ensino não superior; as manifestações e greves dos professores que prejudicaram decisivamente os resultados escolares dos alunos no presente ano letivo são legítimas, resultando de sucessivos atropelos a que têm sido sujeitos, como é a inenarrável não contagem de tempo de serviço; a estabilidade de colocações e a degradação de seu estatuto social-profissional. Disse que a



carreira docente perdeu atratividade e a falta de professores é uma realidade que deve preocupar a todos.

Concluiu, referindo que a solução para estes problemas está nas nossas mãos, implica o trabalho especializado dos principais atores educativos, dos responsáveis políticos e da sociedade em geral, sendo que a elaboração da Carta Educativa, que está a decorrer com a auscultação e a intervenção de diferentes agentes da nossa comunidade, poderá ser decisiva para as políticas educativas a instituir na próxima década.

O Sr. Presidente da AM deu a palavra ao Eng.^º Vitor Moreira, representante da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva.

O Eng.^º Vitor Moreira usou da palavra para agradecer o convite dirigido à Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva para estar presente nesta sessão.

Começou a sua intervenção referindo que não será novidade para ninguém que a educação desempenha um papel primordial no desenvolvimento das novas gerações, e é o pilar que sustenta a criação da sociedade em que vivemos, pelo que é com toda a naturalidade que têm sentido a preocupação daqueles que representam como associação quanto ao seu estado atual e ao futuro, que se aproxima rapidamente.

Manifestou a sua grande satisfação por constatar a disponibilidade dos agentes políticos do nosso concelho para debater e dialogar sobre tão importante tema, numa altura em que está em discussão a elaboração da nova Carta Educativa: são dezasseis anos da atual Carta Educativa.

Realçou que os tempos são de mudança muito rápida e não se podem dar ao luxo de ficar agarrados no tempo: as nossas crianças não os compreenderão se recusarem, conscientemente, acompanhar a evolução dos tempos.

Salientou que o mundo de hoje em nada se assemelha à realidade que se vivia em 2006, como é óbvio o nosso concelho não é diferente, e apesar da nossa percepção diária, aqui no nosso cantinho mágico as coisas correm



KH

Fls. 265

mais lentamente. Disse que a verdade é que lhes parece que neste momento a nossa resposta educativa já não é o suficiente para as necessidades dos nossos jovens.

Deu nota que desde a entrada em vigor da última Carta Educativa, a perda de habitantes e a baixa natalidade tiveram efeitos dramáticos na nossa rede educativa, assistindo-se ao encerramento de imensas escolas: Gondra, Almansor, Guirela, Pejão, Gaído, Picão, Cascavalhosa, Mó, Nojões, Gilde, Santo Ildefonso, Folgoso, Sá, Vila Verde e Ladroeira; na sede do concelho as escolas número um e número dois fecharam e concentraram os alunos na antiga escola EB2/3, escola essa que é um exemplo claro do que pode acontecer se não for tomado todo o cuidado no planeamento da nova Carta Educativa: recordou que foi inaugurada em 2000 e encerrada em 2015/2016, com a transferência dos seus alunos para a atual secundária. Referiu que esta questão entronca com uma sugestão que acabou de ver no estudo da empresa, em que se sugere a existência de uma escola do 1.º Ciclo em todas as freguesias. Disse que não concordava, parece uma sugestão mais emocional do que racional e não sabe até que ponto é exequível e não estarão a cometer um erro.

Salientou que existem dados concretos que são “claros como a água” e são impossíveis de ignorar: diz o Ministério da Educação que no ensino pré-escolar as turmas deverão ter no mínimo vinte crianças, mas no nosso concelho cerca de 80% dos Jardins-de-Infância apresentam um número inferior a vinte, questionando se será sustentável e produtivo do ponto de vista educativo para as nossas crianças manter este número; que já deveriam ter refletido sobre um possível redimensionamento da rede de Jardins-de-Infância. Disse que está ciente que serão sempre decisões muito difíceis de tomar, mas o tempo será o justiceiro, e é sua convicção que se saberá avaliar de forma elevada as decisões de quem tem a capacidade de execução e que as tomarão na elaboração da nova Carta Educativa.

Defendeu que têm que encontrar um equilíbrio, sendo que, no entanto, parece-lhe crucial que seja considerado que escolas com um número muito



Fls. _____

baixo de alunos apresentam desafios de elevado grau de dificuldade para a qualidade da educação, pois limitam as oportunidades de interação e colaboração entre alunos e a diversidade de experiências e expectativas. Disse que também devem juntar a isto o facto das escolas com um número extremamente baixo de alunos poderem ter dificuldades para oferecer uma ampla variedade de disciplinas, atividades extracurriculares e outros recursos educacionais.

Salientou que não podem “assobiar para o lado” e ignorar de forma consciente que neste momento as crianças do nosso concelho não têm acesso à mesma qualidade de ensino, nem às mesmas oportunidades; que ao se manter de forma teimosa escolas com número reduzido de crianças, estão a criar cidadãos de primeira e de segunda mesmo “debaixo do nosso nariz”.

Deu o exemplo da região do Couto Mineiro: no ano passado, juntando os nascimentos das antigas freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso, chegamos a treze crianças. Disse que é de elementar conclusão, perceber que se tudo correr com naturalidade, dentro de cinco anos teremos treze crianças a frequentar o primeiro ano, para cinco escolas primárias, o que daria uma média abaixo de três crianças por escola a iniciar o 1.º Ciclo; que em Real nasceram duas crianças em 2021 e apenas dez em Santa Maria de Sardoura; que mais de 50% das escolas do 1.º Ciclo têm turmas mistas; que segundo o “Pordata”, em 2022 nasceram na totalidade do concelho noventa e sete crianças, pelo que é evitável que esta percentagem de turmas mistas suba. Realçou que essa conclusão demonstra que é inevitável, e necessário, o redimensionamento da nossa rede educativa. Disse que na ótica da Associação de Pais o caminho poderá passar pela criação de centros educativos com uma localização a estudar, e seguindo o exemplo de concelhos vizinhos como Arouca e Cinfães.

Referiu que não vive aliado da realidade, tem a consciência da dureza que esta medida acarreta, no entanto, é sua convicção que a educação não será uma arma de arremesso político; que acredita na vontade dos diferentes



K
A

Fls. 266

atores políticos; que está convicto que com a união e uma posição coletiva firme e esclarecedora, toda a população Paivense entenderá que o caminho tem mesmo que ser este.

Defendeu que é da mais elementar justiça deixar uma palavra de relevo para o brilhante trabalho realizado ao longo dos anos pelos nossos agrupamentos. Disse que com certeza, a sua responsabilidade na evolução demográfica do nosso conselho é zero.

Agradeceu a forma abnegada e articulada como a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, IPSS e Academia de Música têm colaborado com os agrupamentos.

Enfatizou que a dimensão do problema demográfico é tal forma impactante que este modelo já não é suficiente, tal como puderam todos comprovar na apresentação que tiveram no início do debate.

Defendeu que a oferta de percursos formativos que respondam às necessidades dos nossos jovens é outra preocupação bem patente no dia-a-dia da associação. Disse que assistem a um estreitamento de opções quando os nossos alunos completam o nono ano, e assistem consequentemente a um fluxo cada vez maior de estudantes para outros concelhos de forma a completarem o seu ensino.

Reconhece que não sabem da viabilidade da mesma, mas que aproveita a presença da direção do grupamento para lançar o desafio de aumentar o leque de opções de percurso educativo a partir do décimo ano, desafio lançado igualmente aos responsáveis políticos do nosso concelho, pois sem o seu comprometimento este caminho será muito difícil, se não impossível.

Deixava o seu exemplo pessoal: tem um filho no oitavo ano que tem em mente um determinado caminho educativo, e que a manter a mesma ideia, não terá outra hipótese se não a de encontrar fora do nosso concelho onde ele possa prosseguir esse caminho.

Defendeu que o ensino profissional deveria ser algo a ser estudado seriamente em Castelo de Paiva. Disse que apenas o preconceito ainda presente na nossa sociedade quanto os cursos profissionais tem impedido

números ainda mais esmagadores: somos dos países com menor taxa de participação dos nossos alunos neste tipo de ensino, mas a mudança está aí ao virar da esquina, dado que Portugal definiu como objetivo para 2030 ter 55% dos diplomados do ensino secundário pela via profissional. Referiu que esta via produz manobra-de-obra mais qualificada e com capacidade para responder às necessidades do mercado de trabalho: um em cada cinco jovens que concluiram os profissionais obtêm emprego na empresa onde estagiaram; 33% seguiu para o ensino superior; que a taxa de empregabilidade é atualmente muito superior à taxa verificada nos alunos que saem pela via do ensino dito convencional. Disse que para que isso aconteça é necessário criar cursos em áreas que o mercado de trabalho necessite; um trabalho em colaboração com o tecido empresarial permitiria identificar lacunas e oportunidades porque, por exemplo (figurativo), criar um curso de instrutores de esqui só para termos uma oferta formativa em Castelo de Paiva apenas adia em três anos a queda de alguns jovens no trabalho precário e longe das expectativas criadas, pois a falta de neve é algo que não podem solucionar.

Reiterou que a parceria com o setor empresarial é muito importante para ser possível reter os nossos jovens em Castelo de Paiva quando ingressarem no mercado de trabalho. Disse que desta forma teremos os mais jovens a ficar por cá com a possibilidade de constituírem cá família, e construirão o seu futuro dentro de portas

Deu nota ao longo dos últimos anos são já várias as dezenas de alunos Paivenses a frequentar o ensino profissional na região do grande Porto. Referiu que têm até dois exemplos recentes de dois jovens Paivenses a conquistar o reconhecimento mundial pelo seu desempenho na respetiva área formativa: temos capacidade e talento dos nossos jovens, falta dar-lhes as ferramentas para que possam progredir no nosso concelho.

Propôs a criação de um polo de formação profissional em Castelo Paiva, podendo ser criado de raiz ou aproveitar as sinergias que se possam estabelecer com escolas profissionais já existentes, parecendo-lhes este

KF



Fls. 267

segundo caminho o mais excluível e viável tendo em conta a nossa realidade. Disse que o decréscimo populacional levará ao inevitável esvaziamento de instalações que poderão ser reaproveitadas para este tipo de ensino: criam assim um novo caminho para os nossos alunos e terão uma solução para edifícios que possam ficar vazios.

Defendeu que falar de educação e ensino no concelho e não falar da Academia de Música de Castelo de Paiva seria de um desconhecimento imperdoável. Referiu que o trabalho extraordinário desta instituição há muito extravasou o concelho; que seria caso de justiça inatacável apostar no crescimento do ensino artístico dado que as bases estão lá, sendo agora necessário alimentar o edifício criando condições para conseguirem ter ensino superior de música em Castelo de Paiva.

Deu nota que são muitos os nossos jovens que frequentam o ensino superior de música em diferentes latitudes e que o poderiam realizar por cá, se como comunidade conseguissem criar infraestruturas adequadas aos novos tempos e às novas necessidades que este ensino encerra em si. Disse que mais uma vez, sem o comprometimento do poder político local será tarefa difícil, senão impossível.

Defendeu que a opção por um polo de ensino profissional e pelo ensino artístico traria também consigo a possibilidade de criar dinâmicas locais através da chegada de alunos, professores externos e todos os elementos que necessariamente gravitam em torno desses polos.

Concluiu, apelando a todos os intervenientes neste processo que a educação “não seja engolida” por lutas partidárias ou populismos demagogos: os decisores têm entre mãos a oportunidade de com a criação da nova Carta Educativa construir um caminho que permita aos nossos jovens ter dentro de portas as mesmas oportunidades que esses locais oferecem; que sejam destemidos e audazes na construção de um novo futuro para Castelo de Paiva: os nossos jovens confiam neles.



Fls. _____

O Sr. Presidente da AM deu a palavra à Senhora Felicidade Moreira, representante da Associação de Pais do Agrupamento do Couto Mineiro do Pejão.

A Senhora Felicidade Moreira usou da palavra para dizer que a parte final da intervenção do Eng.º Vitor Moreira causou-lhe alguma confusão, porque se por um lado se fala no fecho de escolas, dado que há de facto um reduzido número de alunos, por outro lado fala-se na criação de um polo profissional: se não há alunos suficientes para o ensino irregular, questionou se haverá para construção de um polo. Disse que a Carta Educativa também refere essa possibilidade; refere o reforço de cursos profissionais; que a Professora Emília Rodrigues referiu que também já tiveram cursos profissionais, mas não há alunos suficientes.

Deu os parabéns pela revisão da Carta Educativa, assim como a audição de várias entidades.

Informou que a associação existe fruto da insistência da direção do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, porque era um anseio de há muitos anos; que a atividade da associação se centrou na formação de competências parentais que também foram referidas na Carta Educativa; que se introduziu o conhecimento sobre as minas do Pejão, estando também a ser realizadas visitas ao Centro Interpretativo em Pedorido.

Questionou se o fecho de escolas irá ocorrer quando só existirem respostas melhores, porque é uma realidade que as turmas mais pequenas podem não trazer o melhor ao nível da tecnologia, mas traz coisas melhores ao nível do acolhimento e do acompanhamento.

Concluiu, referindo que não se verifica abandono escolar do Couto Mineiro do Pejão, mas há um grupo de alunos que precisa de um acompanhamento mais específico, são oriundos de uma situação já de abandono escolar.

O Sr. Presidente da AM deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que a educação é uma prioridade para o executivo.

KJ



Fls. 268

Deu nota que o executivo logo que tomou posse teve a cargo a transferência de competências na área da educação, que com o auxílio das Senhores Diretoras dos Agrupamentos de Escolas, conseguiram levar a bom porto. Disse que Castelo de Paiva tem sido um bom exemplo de como a transferência de competências se tem concretizado, sem sobressaltos quer ao nível da parte letiva, quer ao nível dos transportes escolares, etc.

Salientou que mesmo com aquele processo em curso conseguiram iniciar a revisão da Carta Educativa, lembrando que a anterior data de 2006.

Reconheceu que a questão da natalidade tem colocado desafios ao nível do reordenamento do parque escolar, sendo que a Carta Educativa também será importante nesse sentido.

Lembrou que em 2011/2012 havia 38 escolas em funcionamento em todo o concelho, e em 2022/2023 há 26 escolas, ou seja, não é um problema de agora, mas que vem ocorrendo ao longo dos anos.

De seguida, deu a palavra à Vereadora Liliana Viera, responsável pelo pelouro da educação.

A Vereadora Liliana Viera usou da palavra para dizer que a delegação de competências que o Município assumiu em 1 de abril de 2022 foi um desafio muito grande, dado que todo um trabalho que estava por delineiar teve de ser feito num curto espaço de tempo. Agradeceu aos técnicos do Município e às Senhores Diretoras dos Agrupamentos de Escolas, porque foram o pilar do executivo para que a educação em contexto de transferência de competências possa decorrer com normalidade.

Salientou que a Carta Educativa é um documento importante para a estratégia do executivo na educação, no sentido de ajudar a perceber onde estão e para onde querem ir. Disse que acha que é uma reflexão que já deveria ter existido há mais tempo; que os números refletem uma crescente diminuição do número de crianças, reiterando que essa reflexão já deveria ter sido feita para que hoje já tivessem outro tipo de respostas no nosso território para um ensino de qualidade e equitativo, no sentido de que todas as nossas crianças estivessem no mesmo patamar.



Fls. _____

Deu nota que o esforço de toda a comunidade escolar é notável, mas a realidade existente é díspar, e têm de assumir essa realidade, tomar algumas decisões que já deveriam ter sido tomadas antes (não se ter “empurrado com a barriga para a frente”) se querem dar melhores condições aos nossos alunos.

Realçou que foram cerca de 46 as entidades ouvidas no processo de revisão da Carta Educativa, porque querem ter um processo em que todos sejam envolvidos e possam dar os seus contributos.

Referiu que é normal que todos os dias tenham desafios pela frente: hoje o Governo lança uma medida; não a articula com os Municípios; o “IGEFE, I.P.” é confrontado com decisões do Governo sem que as escolas delas tenham conhecimento, e o Município é quem tem de dar resposta a assuntos cujas matérias não estão delegadas na Câmara Municipal, aos quais não irão dizer que não porque a prioridade do executivo é a qualidade do ensino.

Agradeceu os contributos de todos os que hoje participam na presente sessão, estando o executivo sempre disposto para dar respostas ao nível da educação: era necessário um nutricionista, contratou-se o nutricionista.

Concluiu, referindo que quando a revisão da Carta Educativa estiver concluída terão mais dados para debater na Assembleia Municipal, reiterando que esta discussão deveria ter sido feita lá atrás, porque agora estão a correr contra o tempo.

O Sr. Presidente da AM abriu o período de intervenções dos GM tendo informado dos tempos de intervenção para cada interveniente.

O deputado Carlos Trindade (GMPSD) solicitou um ponto de ordem à Mesa.

Explicou que previamente à realização da presente sessão acordaram a questão dos tempos, que foram os Líderes dos GM que estipularam os tempos em reunião para dar organização e seriedade a este debate.

O Sr. Presidente da AM confirmou o teor da intervenção do deputado Carlos Trindade (GMPSD). Disse que ficou acordada da reunião da

Conferência de Líderes a distribuição de tempos pelos GM e não a distribuir por todos os inscritos.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), usou da palavra para dizer que ia insistir na formação profissional de qualidade. Disse que ele próprio é exemplo disso, porque em 1992 foi para uma escola profissional e hoje deve uma grande parte da sua vida profissional a essa escola, dado que acabou a formação e foi estagiar para uma empresa para a qual trabalha há 30 anos.

Deu nota que que se está a atravessar um momento difícil, porque há muita dificuldade em encontrar mão-de-obra qualificada.

Referiu que não está a dizer para se construir no concelho um Centro de Formação Profissional, mas podem trazer formação para o concelho direcionada às nossas empresas, designadamente, na área do cobre, na construção civil, em muitas outras áreas onde é necessária mão-de-obra qualificada.

Defendeu que em relação ao ensino superior, perderam uma oportunidade após a ocorrência de uma tragédia, porque se naquela altura tivessem dito que queriam um polo universitário no concelho (foi para Rio Meão ou Oliveira de Azeméis) isso teria acontecido (naquela altura tinham tudo o que quisessem). Disse que os polos universitários têm proporcionado desenvolvimento às terras onde se situam, pelo que devem estar atentos e não se devem esquecer da formação profissional.

O deputado Jorge Quintas (GMMMP) usou da palavra para perguntar se não ficou acordado que seria primeiro o UCPT a usar da palavra, tal como acontece nas sessões ordinárias.

O Sr. Presidente da AM respondeu que sim, mas que as intervenções tem que ser alternadas, pelo que como só há uma intervenção do UCPT, para conseguir alternar as três intervenções do PS, as três intervenções do PSD e as duas intervenções do MPM, tem que fazer alternância; que se não fizer essa alternância iriam ficar três intervenções finais do PSD, três intervenções finais do PS.



Fls. _____

Lembrou que na última AM quem encerrou o debate foi o PS, e pelo critério deles seria o PSD, pelo que está a seguir a sua interpretação do Regimento e que não houve qualquer alteração para que haja alternância entre as intervenções.

Informou que a Mesa recebeu a indicação de que a deputada Fátima Strecht (GMPS) tinha desistido da sua intervenção.

A deputada Fátima Strecht (GMPS) confirmou ... (inaudível)

O Sr. Presidente da AM respondeu que a deputada Fátima Strecht (GMPS) não tem necessidade de ceder o tempo, porque o tempo do grupo municipal são sete minutos e meio; que clarificava que o GMPS tem sete minutos para este tempo, porque já utilizou cinco minutos no início, pelo que se cada uma das outras duas intervenções forem de trinta segundos, pode haver uma de seis minutos (se se inscreveram três pessoas e o primeiro gastar sete minutos, não pode deixar falar os outros dois).

Referiu que tendo a deputada Fátima Strecht (GMPS) abdicado de uma intervenção, tinha a palavra o GMMPM.

O deputado Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para agradecer a presença dos convidados que aceitaram o convite para a presente sessão, nomeadamente, quem nos visita de fora do conselho, o Dr. Ricardo Agostinho e a Dra. Susana Santos.

Lamentou a ausência da “Dgeste”, porque acha que seria a entidade mais desejada nesta AM. Disse que foi dada a justificação que o convidado da “Dgeste” não poderia estar presente, sendo uma justificação que para si não cabe, porque a “Dgeste” não só uma pessoa, é uma entidade que tem responsabilidades.

Lamentou também a ausência de outras entidades que deveriam estar presentes.

Perguntou à Mesa quando é que foi feito o convite; de que forma foi feito e por quem é que foi enviado.

Deu nota que deram um grande enfoque à Carta Educativa, sem dúvida que é um instrumento muito importante, mas a Carta Educativa é um



Fls. 270

documento do planeamento estratégico (não é municipal) que visa a promoção da igualdade de oportunidades educativas, da coesão social do território; que a seguir abordaram o problema da delegação de competências. Disse que o GMMPPM é um grupo de independentes que, no seu programa, a primeira enfase que era dada era às questões da educação, ensino e saúde; que este problema que estão hoje a discutir, se tivessem ganho as eleições, já teria sido discutido há mais de um ano, mas nunca é tarde.

Salientou que como não são muito a favor da delegação de competências em certos setores, nomeadamente na educação, saúde, segurança e justiça, acha que os Municípios estiveram mal ao aceitarem aquelas competências, porque não trazem nada de novo e vão criar um desequilíbrio.

Disse que se houver um Presidente de Câmara com sensibilidade para as questões da educação e ensino, certamente que esse Município vai investir fortemente nessa área; se não tiver essa sensibilidade, vai descurar essa questão.

Referiu que o seu percurso académico lhe permite ter uma visão alargada do ensino, sendo que o ensino não se limita à parte curricular, a questão das instalações físicas também têm muita importância para o sucesso no ensino. Deu nota que quando lhe foram pedidos contributos para esta AM, no e-mail que enviou ao Sr. Presidente da AM e aos restantes deputados do órgão, tinham dado a 15 de Maio de 2023 a sugestão de que também deveriam estar presentes pessoas independentes, de fora do nosso conselho, porque a visão é diferente, designadamente, pessoas da área da sociologia, da psicologia, da educação; que gostava de ter uma resposta concreta que se prende com o facto de haver uma diminuição drástica do número nascimentos; que o encerramento de escolas, nomeadamente, de JI e escolas primárias é inevitável.

Referindo-se à intervenção do Dr. Ricardo Agostinho sobre a Carta Educativa, disse que este referiu o aumento da taxa de escolaridade, na qual estão incluídos os cursos que estão a ser dados pelas Juntas de Freguesia,

pelas empresas, que dão depois equivalência uns ao décimo segundo ano, outros ao nono ano, tendo questionado se no aumento dessa taxa estão incluídos os formandos desses cursos.

Deu nota que a Dra. Beatriz Rodrigues referiu uma coisa alarmante que é a questão dos computadores e dos pais. Disse que acima de tudo isso é falta de educação por parte dos pais, é inconcebível, e devia ter consequências; que falou na taxa de abandono escolar, que é zero em Castelo de Paiva (acha que foi isso que disse) ou que diminuiu muito.

Deu também nota que numa consulta rápida que fez, o “Plano Integrado de Combate ao Insucesso Escolar” diz, e citou: “Castelo do Paiva é o Município do Tâmega e Sousa que apresenta uma maior taxa de abandono escolar.” Disse que estes dados são atuais, mas esta notícia existe.

Referiu que devido à imposição do tempo, aos limites, ao espartilho, ficava por aqui.

O Sr. Presidente da AM referiu que tinha de dar mais uma nota em função do comentário final do deputado Jorge Quintas (GMMPM).

Salientou que não foi o Presidente da AM quem determinou que este ponto tinha 48 minutos; nem foi por sugestão do Presidente da AM que este ponto tinha 48 minutos, 12 minutos para cada GM; foram os quatro Líderes dos GM, com o voto favorável do GMPS, do GMMPM, do GMUCPT e o voto contra do GMPSD, pelo que não sabe para quem é o “espartilho”, não é certamente para ele.

O deputado Jorge Quintas (GMMPM) referiu que em parte alguma disse que foi da parte do Sr. Presidente da AM. Disse que a questão do tempo leva-os a isso, pelo que a intervenção do Sr. Presidente da AM era desnecessária.

O Sr. Presidente da AM respondeu que a questão do “espartilho” era para quem conduzia os trabalhos, mas de qualquer forma a AM fica a saber como ocorreu.

O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) usou da palavra para dar uma saudação especial a todas as entidades que se dignaram vir hoje ao Salão nobre da Câmara Municipal de Castelo de Paiva.

Informou que ia responder a algumas intervenções.

Em relação à criação do “Instituto Politécnico 2001 Queda da Ponte”, disse ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia São Martinho, Francisco Silva (GMPSD) que nem foi para Rio Meão, nem para Oliveira de Azeméis; que antes de 2001 já havia negociações na “Associação de Municípios do Vale do Sousa”, e o Instituto Politécnico foi criado em Felgueiras, o que gerou uma grande polémica na altura e até levou à ausência das reuniões da Presidente da Câmara Municipal de Felgueiras, Dra. Fátima Felgueiras. Sobre uma intervenção da empresa e a propósito da influência da vinda de outros estudantes para o concelho de Castelo de Paiva, acha que é importante separar ali, por força do conhecimento que tem da Academia de Música, tendo sido Presidente da direção durante alguns anos, quando falam no ingresso no concelho de alunos do Marco de Canavezes, Celorico de Bastos e outros concelhos aqui à volta, gostaria de ver isso refletido nesta Carta Educativa, porque o agrupamento sede tem a influência de Cinfães, de Souselo, e a Academia são os outros concelhos, pelo que convinha distinguir isso.

Realçou que na questão do envelhecimento do corpo docente, já houve um ano em que tiveram nos dois agrupamentos mais de 120 professores que vêm de fora todos os dias, alguns de Anadia, pelo que o problema da habitação e das acessibilidades pode contribuir para isso ser melhorado.

Sobre a reabilitação da escola EB2/3, disse que há um projeto que está feito, tendo questionado se esse projeto contempla a perspetiva que lhes apresentaram hoje.

Questionou as Senhores Diretoras dos Agrupamentos de Escolas se considerando não só os dados estatísticos referidos pela empresa e pela Associação de Pais; considerando também que nos últimos dezasseis anos fecharam mais dezassete escolas; que existem quinze jardins infantis na



rede pública, doze dos quais têm entre cinco e dezanove crianças; que só na região do Couto Mineiro nasceram treze crianças em 2022; a freguesia de Real tem dois nascimentos em 2020, o que significa que em 2026/2027 só vai receber dois alunos naquela escola contra os dez que tem atualmente; considerando que numa década perdemos 44,68% da nossa população escolar, e que muita gente não sabe que a escola EB2/3 do Couto Mineiro só existe porque, erradamente, na sua opinião, o Governo decidiu compensar o Município com três investimentos por força do encerramento das minas do Pejão, ou seja, não foi por necessidade populacional, como foi noutras escolas, outros municípios, foi por uma contrapartida que demorou mais de uma década a vir para o concelho; considerando também que em quinze anos encerraram uma escola que inauguraram em 2000, a EB2/3 de Sobrado, que custou 2.000.000,00€ ao Estado, e que agora estão à procura de dinheiro para financiar o resto; considerando que o reordenamento de uma rede escolar concelhia não é uma decisão da Câmara Municipal ou dos agrupamentos, tem que ser em articulação com as orientações da “Dgeste” e as necessidades locais; considerando isto tudo, gostaria de saber que perspetivas é que as Senhoras Diretoras dos Agrupamentos de Escolas têm quanto ao reordenamento da rede escolar na próxima década.

Referiu que uma segunda pergunta se prende com o facto de que, fundamentalmente no Couto Mineiro, tem havido um êxodo de população escolar para escolas de excelência no Grande Porto, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, etc. Disse que o ensino profissional também precisa de professores de matemática, inglês, português, física e química e outras disciplinas, dado que não é a criação de um polo de formação profissional que vai pôr em causa outros professores e outras disciplinas que existem, pelo que questionava se são, ou não, da opinião que seja criado um polo de formação profissional de raiz, aproveitando todas as sinergias e as experiências adquiridas.

Referiu que uma terceira questão tem a ver com o facto de o concelho ter perdido mil e cem habitantes nos últimos dez anos; que se continuam a fazer investimentos na área escolar sem pensar no futuro, como é o caso da escola do 1.º Ciclo de Oliveira do Arda: desde que foi feito o projeto, lançada a obra a concurso e agora que está na fase final de execução, tem menos de metade dos alunos que tinha na época. Questionou as Senhoras Diretoras se no futuro próximo, e considerando que está previsto nesta Carta Educativa ainda em vigor, independentemente da localização, se concordariam com a criação de três centros educativos abrangendo os seguintes territórios: um, seria Sobrado, Bairros e Fornos; outro, Sardoura, São Martinho e Real; outro, Raiva, Pedorido e São Pedro de Paraíso. Questionou a Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas Castelo Paiva se o agrupamento equaciona a criação de instalações próprias no seu interior para os cursos profissionais que atualmente ministra, porque por exemplo, o curso profissional de cozinha e pastelaria não dispõe de instalações próprias, como acontece, por exemplo, no mesmo curso na Escola Secundária de Arouca.

Referiu que a Academia de Musica de Castelo Paiva ministra um ensino de excelência; no final século passado teve um incremento muito significativo da sua população escolar, por força da criação governamental das atividades extracurriculares; atualmente existem algumas situações que se estão a procurar resolver derivadas da semestralização do ensino que já ocorre nos dois Agrupamentos de escolas, que a Academia só não consegue resolver na totalidade porque tem protocolos com outros concelhos e agrupamentos onde essa semestralização do ensino ainda não ocorre; que considerando tudo isto, a exiguidade das suas instalações, questionou qual é a perspetiva do Diretor Pedagógico da Academia quanto ao crescimento da instituição em termos de número de alunos, e a necessidade imperiosa, já na atualidade, de ter umas instalações mais consentâneas com a realidade atual; que aproveitando a experiência da instituição, o grau da excelência do seu ensino, a sua projeção a nível nacional e internacional, questionou



como vê a possibilidade, e se a considera exequível ou não, da academia vir a ser transformada numa instituição de nível superior, projeto esse que poderia ser pioneiro e contar com o envolvimento da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Deu nota que o Sr. Presidente da Câmara, no Conselho Municipal de Educação realizado em janeiro de 2021, disse o seguinte, e citou: “Face à redução drástica de alunos é bom que toda a comunidade educativa reflita sobre estes números, e mesmo tendo consciência da dificuldade da tomada da decisão de encerramento de escolas, é importante que se faça uma reflexão muito concisa e muito focada no que é a realidade do Município, e que se encontra a ponderar encerrar algumas salas e escolas até para o próprio desenvolvimento social e convívio das crianças.” Disse que face ao exposto, e mais de dois anos depois destas declarações, gostaria de saber se o Sr. Presidente da Câmara já sabe quais são as salas ou escolas que vão ser encerradas proximamente; que perspetiva quanto ao reordenamento da rede escolar para a próxima década; o que pensa sobre uma possível fusão dos dois agrupamentos.

A Deputada Giselda Neves (GMPS) usou da palavra para endereçar um cumprimento muito especial aos convidados que muito lhe agrada estarem presentes para debater o tema da educação.

Lamentou a ausência de algumas entidades que também teriam sido fundamentais, e sobretudo dos nossos alunos em participar nas decisões do futuro que é deles e que será também o futuro de Castelo de Paiva.

Referindo-se à intervenção do Dr. Ricardo Agostinho, disse que o panorama é negro; não é culpa de ninguém, não é a culpa da ação dos agrupamentos, são de excelência, tal como a Academia de Música, mas têm um problema que é a baixa natalidade, a falta de crianças, algo que se repercute nas escolas.

Deu nota que o Dr. Ricardo Agostinho disse que isso vai ser projetado para dez anos, a menos que se inverta. Disse que achava que enquanto estão aqui todos os agentes políticos, agentes locais, membros dos grandes

agrupamentos da escola, deviam pensar nesta réstia de luz, ou seja, vão ter que inverter e vão ter todos que trabalhar em conjunto, porque senão, não saem do sítio.

Referiu que esteve a fazer algum trabalho de casa sobre os meninos que terminam o terceiro ciclo no Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão e no Agrupamento de cá de cima, significa umas centenas de alunos, mas quando se vai para o décimo ano, de ano para ano, diminui cerca de duzentos alunos, o que significa uma perda de cerca de duzentos alunos, questionando para onde é que eles vão. Disse que são estes alunos que têm obrigatoriamente de cativar, pelo que gostava que as Senhoras Diretoras dos Agrupamentos de Escolas lhe dessem esse panorama: Professora Emília, questionou, quando termina o nono ano quantos é que vêm para o agrupamento de cima; e os que não vêm para onde vão; porque é que vêm; o que é mais atrativo fora do concelho; Professora Beatriz, questionou, terminaram o nono ano quatrocentos alunos: porque é que vêm para o décimo ano duzentos e cinquenta alunos; para onde é que eles fogem; dentro do concelho, alguns fogem para dentro do concelho para os cursos profissionais que estão a ser dados por algumas IPSS, pelo que questionou o que é que torna isso mais atrativo; e os que vêm para fora vêm para cursos profissionais ou científico-humanísticos (é importante saberem isso); o que é que atrai os nossos alunos para fora do concelho; quais são aqueles cursos profissionais tão apetecidos por eles; se há articulação entre o agrupamento e as instituições que também dão formação profissional; se estão a dar a mesma oferta ou estão a dar oferta diferente; se todos os alunos que cumprem os dezoito anos de escolaridade terminam efetivamente o décimo segundo.

Salientou que gostaria muito de ter cá a o “IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional” e a “ACI - Associação Comercial e Industrial de Castelo Paiva”, porque tem que haver uma articulação muito forte entre o tecido empresarial e as atividades económicas do concelho, e terem uma palavra para a formação profissional do concelho.



Fls. _____

Referindo-se ao concelho inclusivo, têm cerca de uma centena de alunos ao abrigo dos cinquenta e oito, a educação inclusiva. Disse que estes alunos cumprem o nono ano, os dezoito anos de idade, e depois para onde vão, questionou. Referiu que acha que a autarquia, o tecido empresarial, têm que estabelecer protocolos para estes jovens não serem apenas colocados nos centros de atividade ocupacional, porque muitos deles poderiam ter uma vida ativa, de qualidade.

Lamentou o facto do concelho de Baião não ter vindo à sessão.

Reconheceu que se calhar um Instituto Politécnico é muito ambicioso para o concelho, mas que há outras formas: há protocolos, conhece um protocolo em Baião celebrado entre o Agrupamento de Escolas, a autarquia e o Instituto Politécnico do Porto, através do qual dão um curso superior profissional na área das operações hoteleiras, pelo que têm mil e uma maneiras de ainda poderem jogar a favor do concelho com este problema.

O deputado Carlos Trindade (GMPSD) usou da palavra para dar nota da tempestividade desta AM.

Perguntou ao Dr. Ricardo Agostinho se a meio do processo de revisão da Carta Educativa, esta discussão deveria ter ocorrido no final ou antes de esse processo se ter iniciado, porque quando o relatório estiver concluído vão-se questionar relativamente ao futuro para a educação no concelho.

Relativamente ao ensino profissional, questionou também se o Município, acerca de sete/oito anos, tivesse feito uma aposta clara e inequívoca nesse ensino e também na Academia de Música de Castelo de Paiva, a nossa educação estaria, ou não, diferente, e se sim, em que medida estaria diferente; em que medida os nossos jovens teriam outra oferta educativa; se é, ou não, fulcral focarem-se em determinadas áreas profissionais olhando sempre para as exigências que o mercado estabelece, dado que há áreas com muita falta de mão-de-obra; que é fulcral fazer-se um estudo de mercado se a intenção for avançar com o ensino profissional, para depois não terem cursos para os quais não há procura da parte do mercado.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM), usou da palavra para dizer que a razão de estarem nesta sessão tem a ver com a natalidade, e que ainda ninguém se pronunciou sobre a forma de dar a volta ao problema. Disse que tem uma solução: os jovens entre os 18 e os 40 anos são um grupo etário de excelência para procriar, mas lamentavelmente ficam em casa até aos 30 anos; vão de férias para fora e não se lembram de criar famílias, justificando que isso acontece porque os nossos governos, em particular os do PS, praticaram políticas de “subsidiodependência” e não de criação de riqueza, pelo que os nossos jovens quando querem constituir família não o podem fazer em função dos salários que são pagos atualmente.

Defendeu que se o Governo quiser dar qualidade de vida aos nossos jovens aumentando substancialmente a massa salarial, numa década teremos as escolas do concelho cheias de crianças.

Deu nota que concordava com muitos dos considerandos que foram feitos sobre a educação, mas que a questão central é a falta de crianças. Disse que na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Real, terá muita pena de um dia ver o encerramento do Jardim-de-Infância de Nojões e da EB1 de Real, porque é preciso ter os meninos todos juntos numa “rima”: se calhar, uma escola maior, com mais tecnologia, poderá proporcionar uma maior aprendizagem aos alunos, mas não será melhor na questão da socialização e na questão afetiva.

Concluiu, referindo que não quer que as escolas de Real desapareçam, porque se assim for desaparece a alma da freguesia.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que tinha duas questões que colocaria por escrito aos convidados.

Deu nota que falar de educação não é só falar na escola propriamente dita; há questões que são do âmbito do Ministério da Educação e outras que são de âmbito municipal, dai terem convocado esta AM, tendo agradecido a presença de todos os convidados.



Referiu que melhor educação poderá passar por um papel mais intensivo da autarquia em parceria com os agrupamentos, restantes elementos, e da comunidade educativa, nomeadamente: assegurar uma maior proximidade entre as bibliotecas escolares e a biblioteca municipal; apostar na renovação e modernização dos espaços desportivos, tendo em conta a formação desportiva aliada com os estudos; promover o apoio escolar a alunos que pratiquem desporto; promover a criação de uma escola de línguas como o inglês e o francês, por exemplo, ou mesmo mandarim. Disse que esta escola formará melhores jovens e também os adultos que precisam de melhorar as suas apetências linguísticas para a sua profissão, sejam eles ativos do turismo ou da restauração, ou mesmo da indústria; potencializar a Academia de Música como centro escolar de artes, por exemplo, e conquistar o nível de ensino superior no concelho; é fundamental dotar as escolas das melhores condições, devidamente estruturadas com os melhores equipamentos, de modo a melhorar a educação nos vários níveis de ensino; torna-se fundamental e urgente a recuperação da antiga escola EB2/3 de Sobrado; há a necessidade de melhorar as condições de mobilidade e dos transportes públicos no concelho; ajustar a requalificação do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”, que inclua uma nova valência formativa no concelho, mais direcionada para a mão-de-obra das empresas do nosso território; criação de uma agenda para a educação, para além de uma mera Carta Educativa quase só voltada para os números, redes e rácios: são políticos e têm de promover as novas realidades positivas e de esperança, e não ficar associados a fatalidades; não devem parar de ser positivos; apostar na Variante à EN 222 e no IC35, que são processos em andamento no concelho; têm uma estratégia para a habitação, têm uma habitação para ser construída; muitas empresas a crescer e a precisar de mão-de-obra; têm IPSS com excelentes respostas, em suma, não podem falhar neste desafio: cabe muito à autarquia ser o motor e implementar medidas; colocar em

KH

Fls. 275

prática aquilo que ficou planeado no âmbito do “PDM – Plano Diretor Municipal”.

A deputada Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para endereçar um cumprimento especial aos convidados presentes na sessão.

Deu nota que ainda que o PSD ache que o timing da presente sessão não seja o ideal, porque está-se a meio de uma revisão da Carta Educativa, ainda bem que este assunto despertou interesse a muita gente, e ainda bem que o executivo em permanência fez aquilo que já não era feito há 17 anos, ou seja, ter iniciado o processo da revisão da Carta Educativa.

Defendeu que a Carta Educativa não é só um elemento, é aquilo que define onde estão, o que querem e para onde vão, tendo-se neste entretanto perdido seis/sete anos que foi o tempo que se perdeu para dar início ao seu processo de revisão. Disse que a lei prevê que a Carta Educativa seja revista no prazo de dez anos após a sua aprovação, ou seja, deveria ter sido revista em 2016.

Salientou que nem quando foi revisto o “PDM – Plano Diretor Municipal”, do qual fazia parte a Carta Educativa, ela foi revista.

Deu nota que quando se falou pela primeira vez da natalidade na pessoa do atual Presidente da AM, numa Assembleia de Freguesia da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso, toda a gente achou essa intervenção “estapafúrdia”. Referiu que anos depois perceberam que ele tinha razão; o concelho tem um problema de natalidade e um problema de perda de população: o concelho perdeu 1100 pessoas de 2011 a 2021, e cerca de 500 alunos nos JI e EB1, pelo que deveriam ter falado neste assunto há mais tempo, ter delineado uma estratégia há mais tempo, para hoje não estarem numa corrida contra o tempo.

Deu os parabéns ao executivo em permanência por ter dado início ao processo de revisão da Carta Educativa e por estar a ser um processo transparente: foram ouvidas 46 entidades, desde IPSS, partidos políticos, “ACI – Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva”, etc., algo

que desde que cá está nunca foi feito, principalmente dar aos partidos da oposição a possibilidade de participarem no processo.

Deu nota que já perceberam o que é que a delegação de competências na área da educação exigiu e exige ao Município, tendo perguntado ao executivo em que estado é que encontraram as escolas quando tomaram posse; quais são os desafios e imprevistos que têm todos os dias.

Concluiu, referindo que ainda bem que o líder do GMPSD votou contra a proposta dos tempos de intervenção na presente sessão, porque perceberam que os tempos estão a causar grandes constrangimentos.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que com a anterior intervenção terminou uma das partes que estava programada para este ponto, tendo suspendido a sessão para um intervalo de 10 minutos.

Retomados os trabalhos, referiu que se abria um período de resposta das entidades presentes, da Mesa e do executivo às questões que foram colocadas anteriormente.

Referindo-se a uma questão que foi feita diretamente à Mesa pelo GMMMP no sentido de se saber quando é que foi feito o convite à “Dgeste”, respondeu que conforme e-mail que o serviço de apoio à Mesa enviou a todos os líderes municipais, o convite foi feito no âmbito do que estava estabelecido nas conversas prévias que tiveram com a “Dgeste” antes da convocatória, ou seja, o convite foi feito no dia quinze de maio, e tiveram uma resposta no dia dezassete de maio a informar que estavam indisponíveis para participar na sessão.

Deu a palavra à Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, Dra. Beatriz Rodrigues.

A Dra. Beatriz Rodrigues usou da palavra para dizer que não foi ela quem referiu que não havia abandono escolar no agrupamento, foi a Professora Emília, porque efetivamente no agrupamento de Castelo de Paiva não há abandono escolar. Disse que muitas vezes confunde-se a questão dos alunos desistirem da escola quando fazem dezoito anos de idade, estejam, ou não estejam, a frequentar o décimo segundo ano: a escolaridade



Fls. 276

obrigatória é fazer o décimo segundo ou até aos dezoito anos. Referiu que há números residuais de alguns alunos que saem antes de concluírem o décimo segundo ano, ou seja, fazem dezoito anos e têm vontade de sair e pedem a anulação da matrícula, pelo que não há abandono escolar, desistem da escola, mas não é considerado abandono (dados que estão num documento a que fizeram referência não estão atualizados).

Relativamente aos computadores, referiu que é um facto que nem todos os encarregados de educação aceitam levar o computador que é cedido pelo Ministério da Educação, alegando muitas vezes a necessidade que têm de manutenção do equipamento e a responsabilidade que lhes é imputada através de um protocolo que é assinado entre o Ministério da Educação, os diretores das escolas e os encarregados de educação. Disse que é evidente que se por responsabilidade do aluno o computador não é mantido nas condições em que lhe foi entregue, obviamente que eles têm que assumir essa responsabilidade e alguns pais escusam-se a levá-los para casa. Referiu que o número está muito mais reduzido, o que os preocupa imenso, porque as provas da aferição começaram a ser feitas online por intermédio do computador; que os preocupa também nesta área o facto de a rede não ser suficiente para dar resposta a todas as salas, pelo que tiveram que fazer as provas de aferição por turnos de modo a que todos os alunos conseguissem ter acesso à rede, sendo necessário fazer um reforço neste âmbito.

Informou que se prevê que os manuais escolares venham a ser digitais; que daqui a dois anos os exames comecem a ser feitos também de forma digital, pelo que esta parte da “educação” dos próprios encarregados de educação também é necessária, é preciso que eles entendam da necessidade de os filhos serem portadores do computador para a escola. Disse que no regulamento interno do agrupamento consta que se um docente solicitar que um aluno traga um computador e ele não o trouxer é considerado falta de material escolar, como se se tratasse de um manual normal ou de um outro material que tenham solicitado.

Relativamente ao reordenamento da rede escolar e à fusão dos agrupamentos, referiu que acha que muitas vezes pensa-se que as escolas, no caso do agrupamento que lidera, propõem as turmas mediante o número de alunos que têm, mas isso passa também por um acordo com o Município que tem uma palavra de extrema relevância para aquilo que têm no agrupamento. Disse que pode querer manter abertas as escolas todas do concelho, mas quem tem a palavra final é a Dgeste, e quem tem primazia na decisão que vai ser tomada é o Município.

Referiu que ainda relativamente às turmas já não é assim: as turmas do primeiro ciclo e do pré-escolar estão em sintonia com o encerramento, ou não, das escolas, mas as que passam a partir do segundo ciclo tem a ver com o número de alunos existente; o regime articulado da música; o número de alunos que cada turma pode abranger nunca vai aos trinta ou aos quarenta, poderá eventualmente acontecer numa turma de secundário que o Conselho Pedagógico autorize que haja trinta alunos, por exemplo, porque alguns estão a assistir para melhoria de nota a uma aula de português ou a uma aula de matemática, mas há um número limite. Disse que dai para cima, o Conselho Pedagógico analisa se pode, ou não, ficar com os alunos, aí sim é que vai tomar essa decisão, e normalmente não mandam ninguém embora da escola. Referiu também que o número de alunos que compõem as turmas tem a ver com a legislação: reportando-se ao segundo e ao terceiro ciclo do ensino secundário, o número de alunos que têm redução de turma é ao abrigo do D.L. n.º 54/2018, pelo que tudo isso é uma questão legal, não é só porque querem manter a turma em determinada escola do primeiro ciclo e do pré-escolar, ou porque querem manter mais turmas na escola básica e secundária; que tudo é aprovado pela “Dgeste” tendo também em conta a realidade geográfica do concelho.

Sobre a questão da agregação de escolas, respondeu que tem a sua opinião pessoal, mas acha que as crianças e os alunos têm de ser vistas num todo. Disse que a parte emocional, a parte da relação próxima em que tenham menos alunos por turma dá aso a que se trabalhe muito bem, mas em



KD

Fls. 277

termos pedagógicos... Referiu que tiveram uma experiência fulcral no nosso concelho quando a antiga escola EB2/3 foi desagregada em número de alunos, ou seja, os alunos a partir do quinto ano passaram para a escola sede, houve uma relutância muito grande das pessoas em irem para lá, os próprios pais dos alunos estavam alarmados porque os alunos iam para uma escola muito grande, porque iam para um espaço completamente diferente; se agora ouvirem os pais dos alunos, os professores e os alunos, irá perceber-se que a grande maioria quer os alunos lá, porque há outra forma de trabalhar pedagogicamente os alunos: é a relação de umas turmas com as outras; têm uma biblioteca escolar; têm uma cantina dentro da própria escola, pelo que não tem dúvidas nenhuma que estarem mais juntos uns dos outros, em que há partilha de experiências pedagógicas entre salas, em que há atividades conjuntas em que se trabalha de uma forma diferente, a nível de preparação pedagógica dos alunos é muito melhor.

Em relação a se fechar o Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro, acha que só pondo todas as questões em cima da mesa, só depois de terem todos os prós e os contras é que se poderá decidir, sendo que ela própria ainda não tem uma opinião muito fundamentada que se sinta à vontade para partilhar, porque não conhece muito bem a realidade.

Quanto à ida de alunos para outras escolas, esclareceu que quando os alunos terminam o nono ano, os Agrupamentos de Escolas de Castelo Paiva têm respostas ao nível dos cursos científico-humanísticos e ao nível dos cursos profissionais. Disse que nem todos os alunos ficam no agrupamento, porque muitos deles estão a terminar o nono ano e já pretendem prosseguir os estudos nos cursos de aprendizagem e não nos cursos profissionais, sendo que também têm cursos profissionais, mas a diferença é que nos cursos de aprendizagem que são ministrados no âmbito do “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional”, no caso de Castelo Paiva, por exemplo, o Centro Social de Santa Maria de Sardoura tem esses cursos em funcionamento, eles recebem ao final do mês uma verba para disponibilizarem dela como entenderem: para compra de material, para as



refeições, etc.; que não percebem que o Estado dá essa verba de outra forma, ou seja, eles têm tudo gratuito na escola, desde as refeições até aos materiais, que no fundo acaba por ser o mesmo valor, senão maior, porque depois tudo o que precisarem os agrupamentos dão. Referiu que os alunos estão de facto no ensino, mas estão numa opção diferente da dos agrupamentos.

Informou que os cursos profissionais que têm no agrupamento, como em todos os agrupamentos, não são muitas vezes aqueles que desejam. Disse que falaram aqui na questão das necessidades do concelho de Castelo Paiva: foi sempre a primeira a estar na linha da frente, a lutar por essa questão com a tutela, só que a questão que se coloca muitas vezes, por exemplo, é a de que não abrem o curso de mecânica automóvel porque a escola não tem as instalações necessárias para facultar aos alunos os materiais necessários, ou seja, tinham que ter oficinas ou então fazer protocolos com várias entidades para elas fazerem a componente técnica.

Explicou que fazem a proposta à “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” mediante a escolha dos alunos (há um inquérito que é passado pelo Serviço de Psicologia e Orientação por todos os alunos com os vários cursos, a solicitar que eles se pronunciem sobre aquilo que pretendem). Disse que os cursos mais direcionados para áreas desta natureza por norma não são aceites quando a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” já tem um determinado número de cursos a afetar aos municípios. Deu como exemplo o facto de este ano ter feito questão de se candidatarem a uma turma de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, porque a escola está a candidatar-se a um “CTE - Centro Tecnológico Especializado”, e se conseguirem essa candidatura vão ter mais de 1.000.000,00€ em equipamento destinado aos cursos de informática, que foi o primeiro curso que abriram no Agrupamento Escolas de Castelo de Paiva.

Informou que o agrupamento não tem resposta para todos os cursos que os alunos pretendem.

K
J



Fls. 278

Sobre a abertura de uma escola profissional no concelho, referiu que tudo caminha para que haja mais alunos a frequentar os cursos profissionais, porque para além de terem uma qualificação do nível quatro, ou seja, os alunos fazem o décimo segundo ano e estão logo capacitados para ingressar no mundo do trabalho; têm acesso privilegiado ao ensino superior, porque não precisam de passar pelos exames nacionais como os outros alunos; podem fazer os exames localmente para as áreas que querem, isto é, há uma série de facilidades que os alunos têm em mãos.

Informou que ao nível dos cursos profissionais, no ano letivo 2023/2024 vão ter o curso de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, e vão ter mais meia turma de técnicos do desporto e meia turma de Técnico Auxiliar de Saúde, ou seja, mesmo que venham mais alunos de outros concelhos para ficarem no agrupamento, tem que se atingir àquele número de alunos que a "Dgeste" autorizou. Disse que não é tudo como muitas vezes desejam, mas são as condições que lhes são impostas diretamente pelo Ministério da Educação.

Deu nota que os alunos vão para outras escolas muitas vezes à procura dos cursos profissionais que não existem no agrupamento; muitas vezes à procura dos cursos de aprendizagem que já referiu; à procura de uma língua diferente daquelas que têm no agrupamento, nomeadamente o espanhol (não têm professores da área no agrupamento), referindo que podem oferecer o alemão, o latim e o francês.

Relativamente ao D.L. n.º 54/2018, informou que tem vários alunos a terminar com dezoito anos, e o que mais a preocupa são os meninos que têm medidas adicionais, porque no âmbito do decreto têm as medidas universais, seletivas e adicionais. Disse que os alunos com medidas adicionais são aqueles que têm muito mais dificuldades e que é preciso que haja uma resposta para estes jovens, e as escolas não têm essa resposta. Informou que muitos alunos também vão fazer formação em contexto de trabalho, os das medidas seletivas, por exemplo, mas depois é muito difícil as empresas ficarem com eles, e acabam por fazer os dezoito anos e estão



em casa. Disse que é necessário pensar muito neste assunto, e têm-no feito no âmbito da equipa multidisciplinar de apoio à educação e à aprendizagem, porque é preocupante (tem no agrupamento dezasseis alunos com medidas adicionais, dezasseis dos setenta e dois que estão ao abrigo do D.L. n.º 54/2018).

Referiu que ainda sobre a abertura de uma escola profissional, que não vê mal nisso se der resposta às necessidades dos alunos e fizer com que eles fiquem cá, salientando que no agrupamento têm a funcionar o 10.º, 11.º e 12.º ano com cursos dentro daquilo que os autorizam que ofereçam aos alunos.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para perguntar aos GM se tinha ficado alguma questão por responder.

(Foi colocada uma questão que não foi possível ouvir no áudio)

A Dra. Beatriz Rodrigues respondeu que não têm nada em perspetiva. Disse que o edifício sede onde funcionam os cursos profissionais foi feito pela “Parque Escolar”: foi colocado um refeitório, e é nesse refeitório que os alunos têm a parte técnica do curso de cozinha e pastelaria, sendo um curso de que os alunos gostam muito, com muita procura. Explicou que não podem abrir mais nenhum porque têm o serviço de refeições todos os dias até às duas da tarde; das duas às três e meia da tarde tem que se limpar o refeitório, pelo que os alunos só podem ir para lá praticar a partir das três e meia da tarde, ou seja, das três e meia às cinco e meia não dá tempo para terem mais nenhum curso. Referiu que era desejo do agrupamento que houvesse uma cozinha destinada a este curso, mas não há, pelo que não sabe o que é que se perspetiva mesmo que no futuro o edifício passe para o Município.

O Sr. Presidente da AM deu a palavra à Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, Professora Emília Silva.

A Professora Emilia Silva usou da palavra para dizer que não tem abandono escolar no seu agrupamento, mas já teve.

Deu nota que não é a si que lhe compete dizer se é a favor de uma agregação de agrupamentos. Disse que esse assunto passará em primeiro lugar pela tutela, sendo que no passado já houve duas tentativas de se agregar os agrupamentos de Castelo de Paiva, tendo o Município, e bem, rejeitado, tal como os Conselhos Gerais.

Dirigindo-se ao depurado Paulo Teixeira (GMUCPT), disse que há alguns anos atrás encerraram a escola de Folgoso, mas manteve-se aberta durante mais quatro anos porque continuava a haver alunos suficientes para abrir turma.

Salientou que se revê muito nas palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM). Disse que os polos têm aspetos muito positivos, há uma maior interação entre os alunos, mas também se perde muito.

Realçou que houve sempre muito bom senso dos Presidentes de Câmara do concelho em relação ao encerramento de escolas, pelo que no momento não devem pensar em encerrar de uma vez só.

Respondendo às questões colocadas pela deputada Giselda Neves (GMPG), referiu que saem em média 59 alunos/ano do nono ano e que cerca de 50% veem para o Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva; que alguns vão para o colégio dos Carvalhos; alguns para o colégio de Gaia; alguns para os cursos profissionais de Gaia; alguns, poucos, para S. João da Madeira e Santa Maria da Feira; cinco/seis alunos para os cursos de aprendizagem das entidades privadas.

Quanto aos alunos do D.L n.º 54/2018, informou que os meninos das medidas universais saem com o nono ano feito e vão todos para a escola secundária.

O Sr. Presidente da AM deu a palavra à Dra. Susana Santos da empresa “FNWay”.

A Dra. Susana Santos usou da palavra para dizer que relativamente a uma questão que foi colocada sobre um indicador da taxa bruta de escolarização do ensino secundário, se este considerava todas as modalidades de ensino,

isto é, os cursos científico-humanísticos e os cursos profissionais, que a resposta era que sim. Disse que este é um indicador que se pode consultar no “INE – Instituto Nacional de Estatística”, e ele considera todos os alunos matriculados no ensino secundário, todas as modalidades, sendo que depois essa população é dividida pela população residente com idade entre os quinze e dezasseis anos, ou seja, em idade normal de frequência desse nível de ensino, daí as taxas brutas de escolarização darem mais de 100%, porque significa que o número de alunos matriculados no ensino secundário é superior à população residente que tem esta idade normal de frequência, ou seja, que isto também revela alguma capacidade de atração do concelho de população que vive noutras conselhos.

Sobre a questão relativa aos movimentos pendulares, respondeu que os dados que mostraram na apresentação que fizeram são provenientes do “INE – Instituto Nacional de Estatística”, contudo, como não existem esses dados desagregados por escola nas plataformas das entidades, a equipa da “FNWay” em articulação com a equipa técnica do Município, conseguiram alguns dados relativamente à proveniência geográfica dos alunos por escola, ou seja, dados relativamente às entradas, isto é, aos alunos que estão a frequentar escolas e de onde vêm. Disse que relativamente às saídas é algo mais difícil de apurar, a não ser através de inquéritos para perceber para onde é que eles vão, onde é que estão atualmente a trabalhar.

Deu nota que têm vindo a aumentar o número de inscritos nos cursos de aprendizagem, sendo que as taxas de variação da população estudantil do terceiro ciclo do ensino secundário, se considerarem os alunos inscritos no ensino privado, são positivas, ao contrário das do ensino público que são negativas, há perda da população; mas se considerarem os números de Santa Maria da Sardoura, que tem cerca de mil inscritos, ai dão positivo, ou seja, os alunos que provavelmente saem do nono ano vão também para essa IPSS, dai essa diferença de inscritos entre os alunos do nono ano que frequentam o ensino público e os que frequentam o ensino secundário.

De seguida passou a palavra ao Dr. Ricardo Agostinho para que respondesse às outras questões.

O Dr. Ricardo Agostinho usou da palavra para dizer que relativamente à proveniência dos alunos e para onde é que vêm, que têm os dados daqueles que vêm de fora para as escolas da rede pública do concelho, e depois têm questões cumulativas, ou seja, têm alunos que vêm estudar para a escola secundária de Castelo de Paiva, ou para outra escola da rede pública do concelho, que cumulativamente podem também frequentar a Academia de Música de Castelo de Paiva, por exemplo, sendo que isso não conseguem apurar a não ser com recurso aos dados que a Academia lhes possa fornecer sobre a origem dos inscritos, que podem ser os mesmos alunos que também vêm de Cinfães, que estudam na escola secundária, e que após o período letivo frequentam também a Academia de Música.

Em relação a questão do envelhecimento do corpo decente e da atração da população/corpo docente que se queira fixar no território, referiu que isso entra em conjunto de situações desde a habitação, das possibilidades do acesso à cultura, ao desporto, ou seja, é tudo um ecossistema que não se resume exclusivamente às questões da educação, pelo que vai entroncar numa estratégia de desenvolvimento do território mais abrangente que não apenas focada na educação. Disse que para garantir a inversão dessa tendência, há também garantir a melhoria de outras condições a montante, como seja a oferta de habitação adequada, digna e ajustada à procura, e a oferta de acessibilidades rápidas e fáceis que permitam movimentos pendulares e movimentos do mesmo dentro do próprio concelho, ou seja, as pessoas procuram algo mais do que propriamente um emprego para se fixar nos territórios. Referiu que o emprego acaba muitas vezes por ser a questão menor, e por vezes é mais decisiva uma oferta de habitação, oferta de qualidade de vida no seu todo, para se fixarem nos territórios.

Deu nota que a revisão da Carta Educativa é um processo que está em desenvolvimento, cujo objetivo é que seja aprovada pela tutela e pelos órgãos municipais e que vigore durante os próximos dez anos. Disse que



não é um documento hermético, deve ser alvo de ponderação, de monitorização, de avaliação e de algum reajuste se assim for necessário ao longo desses anos, para precisamente acomodar alterações ao nível do contexto socioeconómico dos territórios e para reajustar medidas que, entretanto, se possam vir a perceber que estão obsoletas, ou são insuficientes para dar resposta a outras dinâmicas que venham a surgir. Defendeu que o processo de discussão da revisão da Carta Educativa deve ser feito em todos os momentos, ou seja, antes, durante e depois, dai terem feito um processo da auscultação com quarenta e seis entidades e outras que ainda poderão vir a ser envolvidas. Disse que a primeira conversa foi com o executivo municipal que lhes transmitiu as suas dificuldades, as suas ambições, as suas necessidades, e com base nisso passaram para o envolvimento de outras entidades de uma forma muito mais alargada. Informou que o momento de hoje não substitui, mas acaba por dar resposta a um momento que têm previsto nos seus processos de elaboração das Cartas Educativas, que é, após o fecho do diagnóstico, permitir que haja uma discussão para analisar o quadro estratégico, ou seja, estruturam um quadro de um plano de ação que só é fechado depois de recolher contributos de forma alargada sobre se estão a ir no caminho certo ou não, e se esse caminho deve ser reajustado. Disse que isso acaba por ser em parte o que já estão hoje a fazer nesta sessão; que este momento já lhes permite recolher elementos técnicos para o trabalho que está a ser feito. Informou também que após a entrega da Carta Educativa, esta terá que ser aprovada e discutida no Conselho Municipal de Educação; que após essa aprovação terá que ser enviada para a tutela (Dgeste) que a vai aprovar; que a seguir o documento vai voltar ao Município para apreciação e aprovação final pelos órgãos municipais.

Sobre a questão da formação profissional, referiu que tem sido uma tónica constante desde o início do processo, e nas sessões de auscultação que realizaram foi um dos contributos que mais ouviram. Disse que é realmente importante que se faça um estudo do mercado, ou algo semelhante, para se

KH



Fls. 281

perceber as áreas onde devem apostar. Referiu que o estudo a fazer não é com esse objetivo, no entanto, já lhes permite apontar caminhos precisamente pela análise do contexto socioeconómico; pela análise do próprio contexto empresarial do concelho; pela distribuição setorial, ou seja, podem apontar já de uma forma preliminar algumas áreas de formação profissional mais prioritárias e mais estratégicas.

Em relação à questão da dinâmica associada aos territórios e da necessidade da Carta Educativa se adaptar a essa dinâmica, referiu que quando há pouco projetaram os resultados que obtiveram através da projeção demográfica, esta está sustentava em indicadores estatísticos e demográficos, sobretudo demográficos, mas também com alguma incorporação de dados relacionados com as migrações e com a economia. Referiu que, no entanto, há questões que não conseguem prever e que resultam daquilo que é a ação quer da esfera privada, quer da esfera pública: dentro da esfera pública, referiu os investimentos ao nível da habitação; investimentos ao nível dos incentivos para a atração de população; as acessibilidades, ou seja, bastaria ver aqui um investimento numa acessibilidade estruturante na área metropolitana, ou Porto/Gaia, para que grande parte destas dinâmicas pudesse sofrer uma alteração para melhor, isto é, havendo uma acessibilidade mais próxima de Gaia/Porto e de outros centros urbanos de maior dimensão, isso iria alterar certamente esta conjuntura.

Defendeu que o mesmo se aplica em relação ao setor privado: se se perspetivar um investimento estruturante em termos de criação de emprego e atração de famílias, que isso vai também alterar as condições de base.

Realçou que tendo em conta os indicadores ao dia de hoje, e aqueles nos quais se baseiam para elaborar a projeção, o cenário não é positivo, mas é um cenário que deve ser acompanhado e monitorizado ao longo dos anos, e atualizado se assim for necessário.

Sobre a questão de porque é que a “ADEP – Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva” não consta na lista das



entidades que foram ouvidas, explicou que estão referidas aquelas que foram ouvidas (foram convidadas outras entidades que acabaram por não aceder ao convite) num total de quarenta e seis, desde o executivo municipal; um representante da “Dgeste” que não está presente nesta sessão, mas esteve disponível para falar com eles; um representante da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”; instituições de educação e ensino; os dois Agrupamentos de Escolas; alguns estabelecimentos quer privados, quer públicos; a Academia de Música de Castelo de Paiva; as Associações de Pais; a Associação de Estudantes, cujo representante deu contributos bastante válidos e pertinentes; os centros sociais; o corpo docente de algumas escolas; as Juntas de Freguesia; algumas entidades do setor social, associativo, desportivo e cultural. Disse que a “ADEP – Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva” não foi convocada porque este universo de entidades e pessoas que foram ouvidas e que foram envolvidas, resultam primeiramente de uma proposta que apresentaram à equipa técnica municipal, que depois foi complementada com outras entidades que na sua análise não tinham sido propostas e, além disso, em todas as entrevistas que fizeram, normalmente no final, questionaram sempre quem é que deveriam ouvir mais ao longo deste processo, pelo que foram até incluídas entidades que não foram inicialmente previstas, mas que foram incluídas por sugestão de outras entidades. Em suma, disse, a “ADEP – Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva” nunca lhes foi sugerida, e por isso não foi convidada, no entanto, como disse há pouco a um representante da associação, ainda estão a tempo de ouvir mais entidades se perceberem juntamente com a equipa técnica da Câmara Municipal, e com o executivo, que se justifica a inclusão de mais entidades para serem ouvidas neste processo.

O Sr. Presidente da AM deu a palavra ao Diretor Pedagógico da Academia de Música de Castelo de Paiva, Professor Agostinho Vieira.



Fls. 282

O Professor Agostinho Vieira usou da palavra para dizer que foi muito debatido no anterior mandato a construção de um possível Auditório no fundo do parque da feira que deveria dar resposta a muitas das pretensões que tem a Academia de Música. Disse que as atuais instalações, como é do conhecimento geral, foram instalações recuperadas; estão num edifício belíssimo que embevece toda a gente que vem a Castelo de Paiva e que o visita; desde o início da escola têm vindo a adaptar os espaços, porque uma escola do ensino artístico e na área da música precisa de ter condições muito próprias, muito específicas, pelo que com o contributo dado pelos diferentes Presidente da Câmara tem sido feito um trabalho intenso para poderem recuperar os espaços que a escola tem e que efetivamente não são os mais adequados. Referiu que quando o questionam se as instalações são suficientes, pode dizer (Sr. Presidente da Câmara sabe) que por vezes têm que pedir as instalações da Biblioteca Municipal; outras vezes têm de recorrer ao Centro Social e Paroquial de Sobrado, porque há situações em que precisam desses espaços, ou seja, têm todos os dias as vinte e sete salas com mais dois auditórios sempre ocupados, o que significa que há alunos a ocupar todos os espaços.

Informou que como não estão no ensino articulado, uma grande parte do currículo não é lecionado na escola, é nos Agrupamentos de Escolas, porque se tivessem que utilizar todas as salas de aulas da Academia não podiam ter quinhentos alunos, só podiam ter cerca de metade. Disse que esta parceria com os Argumentos de Escolas ajuda a que estes alunos possam frequentar a escola.

Informou também que já teve na sua mão o projeto que estava a ser trabalhado pela Câmara Municipal para aquilo que seria a primeira proposta do Centro de Artes, mas não sabe até que ponto é que nos próximos dez anos seria possível apostar em instalações com outra dimensão. Deu nota que outra questão ainda mais complicada tem a ver com uma questão que já vem de alguns anos, que é a criação de um nível de ensino superior no concelho na área da música. Referiu que têm

protocolos com diversos polos de ensino superior, nomeadamente a Universidade de Aveiro; a Universidade do Minho; a Escola Superior de Música de Lisboa, Castelo Branco, Évora, e tem sido convidado para integrar uma comissão de avaliação externa que avalia as escolas de ensino superior, e que um problema maior que está a começar a pôr-se nos últimos anos tem a ver com a demografia, problema esse que começa também a sentir-se no ensino superior.

Salientou que cada vez também há menos alunos no ensino secundário e no ensino artístico especializado da música; que as universidades fazem concorrência umas às outras para cooptar alunos para os seus cursos normais, excetuando a medicina ou os cursos ligados à saúde, uma grande parte dos cursos não têm alunos suficientes para os rácios que pretendem. Informou que o ensino artístico na área da música tem uma especificidade muito grande, ou seja, cada instrumento funciona como um curso; se é uma Escola Superior de Educação em que os alunos funcionam por turma é mais fácil criar um polo, mas por exemplo um curso de violino, este ano têm um aluno a acabar violino, se criassem um curso superior no qual possam ter um professor de violino para que o aluno termine esse curso; acabam dois alunos o curso de trompa, possam ter outro professor para o curso de trompa; um curso de saxofone, precisam de uma pessoa para o curso de saxofone, ou seja, iriam ter tantos professores como quase alunos. Referiu que não lhe parece muito viável criar cá um polo do ensino superior na vertente dos cursos superiores de música em que cada instrumento é um curso.

Concluiu, referindo que é uma pessoa otimista, mas acha que devem ser um pouco mais realistas, pelo que lhe parece um pouco difícil, apesar de estar sempre disponível para essa discussão.

O Sr. Presidente da AM deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que relativamente ao encerramento de escolas, não são só os Agrupamentos Escolas e o Município quem decide quais são as escolas que encerra.

KD



Fls. 283

Referiu que têm a noção que algumas turmas, em função da sua dimensão, dificilmente serão autorizadas pela “Dgeste”, tendo de haver uma concertação com aquela entidade, com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia e com os Agrupamentos de Escolas, porque a Câmara Municipal não vai tomar nenhuma decisão de forma unilateral nesta matéria.

Deu nota que a sua opinião pessoal vai no sentido da manutenção dos dois Agrupamentos de Escolas, porque muito se vai falando da necessidade de infraestruturas, sabendo que há promessas de há mais de trinta anos dos vários governos para as nossas importantes ligações viárias, designadamente o IC35 e a conclusão da Variante à EN 222. Disse que os timings que foram dados pelo Governo nesta matéria estão a ser cumpridos, e estando essas importantes infraestruturas para o concelho incluídas no “PRR – Plano de Recuperação e Resiliência”, espera que sejam uma realidade em 2026.

Deu também nota que para além daquelas infraestruturas, já há empresas a criar e a aumentar as suas instalações, o que poderá significar nos próximos dois, três, quatro anos uma disponibilidade de nova mão-de-obra entre oitocentos e novecentos funcionários, além da aposta que também será feita no turismo. Referiu que os últimos números do “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional” dizem que Castelo de Paiva tem cerca de quinhentos desempregados, pelo que se efetivamente com os investimentos que se estão a criar, se proporcionar a criação de mais novecentos postos de trabalho, no mínimo quatrocentos terão que vir de outros concelhos ou de outros países, esperando que esta seja uma fonte de garantia para a estabilidade das escolas.

Defendeu que cabe ao Município, às Juntas de Freguesia, aos agrupamentos e também à “Dgeste”, fazer tudo para conseguirem manter as nossas escolas, dentro do possível, e manter os dois agrupamentos, porque têm a esperança e a convicção que com as apostas na indústria, na rede viária e no turismo, podem criar esses postos de trabalho e fixar muito mais



gente nova no concelho que, por sua vez, coloquem os seus filhos nas escolas do ensino público.

Em relação aos equipamentos, informou que estão em avançado estado de degradação, constituindo assim uma preocupação para o executivo municipal. Disse que quando chegou à Câmara Municipal mandou fazer um relatório fotográfico relativo aos equipamentos desportivos, de lazer e de turismo do nosso Município, que apresentou a todos os Senhores Vereadores que compõem o executivo municipal para terem uma noção do que existe.

Confirmou que havia uma maquete do que seria a “Casa de Artes e Espetáculos”, serviço que foi contratado em junho de 2017, mas que efetivamente não saiu da maquete, pelo que falaram com a empresa contratada para cancelar esse projeto, dado que estando o pavilhão ginnodesportivo de Sobrado ainda com amianto e de sete balneários funcionam apenas dois; tendo o Pavilhão do Couto Mineiro do Pejão infiltrações de água sempre que chove; tendo o auditório municipal, cedido à Academia de Música, já sido alvo de uma intervenção financiada pela Câmara Municipal para que também não chovesse lá dentro; estando a piscina municipal com as paredes, a cobertura e parte dos equipamentos disponíveis degradados; têm a piscina do Castelo que para funcionar teve que ser abastecida com mais de três mil litros água/dia, porque vertia água (continua a verter alguma); que o edifício da Câmara Municipal também tem as suas deficiências, principalmente na parte da climatização e da eficiência energética; que chove na Biblioteca Municipal, ou seja, que com a necessidade de introduzir melhorias nesses equipamentos, seria contraproducente estar a gastar 2/3.000.000,00€ num equipamento novo. Referiu que é importante olhar para aqueles equipamentos, porque também é importante pensarem na vertente desportiva, na vertente cultural e enquanto fator de atratividade para quem não trabalha no concelho.

Informou que estão a fazer um estudo acerca das necessidades dos onze municípios da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e

KH



Fls. 284

"Sousa" ao nível mobilidade, para que o concelho possa ter uma resposta mais efetiva. Disse que houve a delegação de competências ao nível da mobilidade na "CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa", a quem competirá fazer o procedimento de contratação pública mediante as necessidades que sejam elencadas para o concelho de Castelo de Paiva.

De seguida, deu a palavra à Vereadora Liliana Viera que detém o pelouro da educação.

A Vereadora Liliana Vieira usou da palavra para dizer que a maior parte dos equipamentos educativos do concelho estão em avançado estado de degradação, conforme pode ser atestado pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Disse que os pedidos de reparação por parte das educadoras a lecionar nesses equipamentos são semanais, pelo que têm muito trabalho pela frente nesse âmbito, sendo que algumas intervenções já foram feitas com a colaboração das Juntas de Freguesia, mas outras escolas têm que ter intervenções mais profundas para garantir a qualidade de ensino aos nossos alunos.

Informou que os desafios diários são imensos, designadamente, a falta de Assistentes Operacionais que existe neste momento, ou seja, atualmente os rácios são cumpridos, mas tem que se perceber que não é só de rácios de que se serve a vigilância e a assistência aos alunos.

Informou também que a taxa de absentismo é elevada; há colaboradores que estão a apresentar baixas médicas todos os meses (as pessoas têm direito também a ficar doentes), pelo que essa gestão é muito difícil porque não há recursos para alojar no imediato. Disse que têm disponibilizado Assistentes Operacionais do Município ao serviço das escolas, mas ficam em deficit noutras serviços que são da responsabilidade da autarquia.

Referiu que outro desafio tem a ver com os normativos que saem com alguma regularidade por parte do "IGEFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP", que é a entidade que numa relação mais direta com os agrupamentos lhes atribui os seus orçamentos, e que de repente transferem



para os Municípios responsabilidades que não estão protocoladas, nem sequer estão previstas no D.L n.º 21/2019 que transfere as competências da educação para os Municípios. Referiu que na semana passada o Município contactou a “ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses”, o “IGEFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP” e a tutela, à procura de soluções e respostas, porque não pode cair tudo nos Municípios; que passaram a ser os tarefeiros destas entidades, porque são os Municípios que lançam os concursos para a aquisição de bens para as cantinas; que fazem os contratos de eletricidade; que gerem os contratos de fornecimento do gás.

Deu nota que o processo referente à delegação de competência já vem desde 2019, mas efetivou-se em 2022 quando chegaram à Câmara Municipal. Referiu que tiveram que fazer uma corrida contra o tempo: não havia trabalho de base feito; havia uns meros ofícios trocados com a tutela; não foram realizadas reuniões de concertação.

Salientou que se deslocou várias vezes à “Dgeste” juntamente com o Sr. Presidente da Câmara para reivindicar meios não previstos no D.L n.º 21/2019, que lhes permitissem desenvolver as competências transferidas, pelo que são estes os desafios que têm, e que muitos mais ainda virão, porque há mais responsabilidades que a tutela quer “despejar” nos Municípios. Disse que tem de haver uma maior articulação com o Governo; que há muitas medidas que têm que ser alteradas, porque os municípios não vão conseguir dar tantas respostas em tão curto espaço de tempo, sendo que acha que também não era esse o intuito desta delegação de competências.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para informar que em relação às obras na escola EB2/3, que quando chegaram à Câmara Municipal havia um concurso em curso no qual se verificou que o empreiteiro não tinha o alvará necessário para fazer as obras, e que, entretanto, houve uma reformulação do projeto. Disse que sabendo o executivo que o programa “Portugal 2020” tinha que terminar em junho de 2023 (foi alargado até 23 de setembro) o prazo era muito curto, além de

que a verba de que o Município dispunha era manifestamente insuficiente, ou seja, mesmo tendo aberto o concurso por cerca de 1.800.000,00€, conseguiram salvaguardar a verba disponível de mais de 1.000.000,00€, para que no próximo quadro comunitário, com a cedência da verba que cabia ao nosso Município ao Município de Lousada, há o compromisso de que Castelo de Paiva terá um reforço dessa componente, conforme ficou acordado em reunião do executivo da “CIM-TS – Comunidade intermunicipal do Tâmega e Sousa”.

Informou que no âmbito da “CIM-TS – Comunidade intermunicipal do Tâmega e Sousa” ainda estão no processo de negociação com a “CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte” dos valores a distribuir por cada uma das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, para depois haver a negociação interna e para que a tutela diga quais são os critérios e as linhas às quais podem concorrer. Referiu que o programa “Portugal 2030” já deveria ter entrado em funcionamento em 2022, perspetivando-se que até ao final de 2023, início de 2024, tenham as principais diretrizes do programa, sendo que é um atraso que custa muito aos Municípios e que obriga a que tudo esteja a ser feito a 100% pelas Câmara Municipais.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para informar que se ia passar de seguida para as intervenções finais de cada um dos Grupos Municipais com a duração de cinco minutos cada.

O depurado Paulo Teixeira (GMUCPT) proferiu a intervenção final em representação do GMUCPT, referindo que de acordo com um artigo publicado pelo jornal “Expresso” 68% dos portugueses estão muito insatisfeitos com a qualidade da educação pública em Portugal.

Defendeu que tal como foi referido pela Vereadora Liliana Vieira, este assunto já deveria ter sido iniciado lá atrás, estão a fazer uma corrida contra o tempo, relembrando que na sessão da AM de 21 de dezembro de 2021 sugeriu um debate sobre a educação.

Sobre a Carta Educativa, disse que foi importante o que o Dr. Ricardo Agostinho referiu de que se trata de um processo dinâmico, pelo que este debate o esclareceu relativamente à questão da escola superior da música. Informou que quando deixou a presidência da Câmara Municipal a escola do Couto Mineiro do Pejão tinha cinco anos e mais de 300 alunos quando foi inaugurada; que no ano letivo 2009/2010, as EB1 do concelho tinham 893 alunos e agora têm 494; que no presente ano letivo o Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão tinha 129 alunos (de acordo com mapas entregues pelo gabinete de educação no Conselho Municipal de Educação), pelo que saem 37 alunos do 4.º ano, o que dará para o próximo ano um total de 77 alunos (vai oficiar a Câmara Municipal a solicitar a confirmação dos dados).

Referindo-se à parte da intervenção do Sr. Presidente da Câmara em que este aludiu aos postos de trabalho em Castelo de Paiva, disse que isso é importante para o concelho, mas estão a falar de mão-de-obra não qualificada que ganha quase o salário mínimo nacional, pelo que não está a ver uma pessoa de Santa Maria da Feira ou de S. João da Madeira a vir todos os dias para Castelo de Paiva tendo em conta os preços do gasóleo, os preços incomportáveis da habitação social, e o facto de as acessibilidades só chegarem em 2026/2027, ou seja, os 500 postos de trabalho referidos não serão suficientes e o concelho terá um problema que é ter fábricas sem mão-de-obra suficiente para empregar.

Concluiu, referindo que este debate valeu a pena, porque o problema da educação é transversal aos partidos e ao país.

O deputado Jorge Quintas (GMMPM) proferiu a intervenção final em representação do GMMPM, referindo que sentem que há muito para fazer, esperando que o Município, em conjunto com todas as entidades responsáveis pela educação, se envolva neste assunto, porque julgam que é por intermédio da educação que existe o verdadeiro elevador social, onde a sociedade evolui, onde as pessoas não são sujeitas a enganos com tanta facilidade.

KJ



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. 286

Defendeu que a educação é um tema fundamental; que seria uma área em que tinham que intervir com muita energia disponibilizando muitos recursos do Município.

Concluiu, referindo que espera que saia desta sessão qualquer coisa de útil para os alunos do concelho e para Castelo de Paiva.

O deputado Manuel Mendes (GMPS) proferiu a intervenção final em representação do GMPS, referindo que para alguns o dia de hoje terá sido uma perda de tempo; para esses fica claramente o ónus pela forma como olham para a importância da educação e da qualificação das nossas crianças e jovens.

Referiu que hoje estiveram a debater a educação: um agradecimento a todos os convidados que marcaram presença; que falar em educação é falar em todos os agentes do sistema de ensino desde os alunos aos auxiliares, aos professores e encarregados de educação, a todas as instituições que trabalham direta ou indiretamente com os alunos e com a escola: o país deve muito à instituição “escola”; todos eles passaram pela escola e reconheceram a sua importância para as suas vidas pessoais e profissionais. Disse que outrora o Município foi pioneiro em apoios na alimentação e na oferta de manuais escolares: está na hora de pensar mais à frente. Referiu que são necessárias novas formas de apoiar as famílias e jovens estudantes, melhorando as condições de atratividade e de fixação de pessoas; a oferta de apoio académico aos alunos que praticam desporto; requalificação do pavilhão municipal dos desportos; requalificação de outros equipamentos desportivos à semelhança do que se fez com a modernização do campo de futebol de S. Martinho através da colocação de piso sintético.

Salientou que a “ELH – Estratégia Local de Habitação” é para o GMPS um excelente exemplo de recursos que poderão ser usados na fixação de pessoas: não podem perder mais tempo, é urgente construir habitações sociais para a fixação de famílias no concelho.

Defendeu que a criação de emprego, atraindo empresas, só é possível com a criação de novas zonas industriais; é fundamental que o Sr. Presidente da Câmara não deixe cair o projeto da zona Industrial da Cruz da Carreira.

Referiu que apostar na educação é apostar na requalificação da escola EB2/3 de Sobrado, esperando que o dito acordo de cavalheiros entre o Sr. Presidente da Câmara José Rocha e o seu homólogo de Lousada não corresponda a mais um atraso no nosso desenvolvimento, e a escola EB2/3 continue esquecida por incapacidade de liderança deste executivo.

Defendeu que é preciso olhar para o ensino profissional em paralelo com a requalificação do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”, e criar um polo profissional diversificado que possa ser o motor do desenvolvimento do território por vários motivos: fixando jovens no concelho; atraindo estudantes da região; promovendo a mão-de-obra qualificada para a indústria e para os serviços do nosso território; fomentar o crescimento económico e demográfico.

Deu nota que se por um lado as infraestruturas que estão em andamento do IC35 e da Variante à EN 222 podem ser um fator de desenvolvimento, é certo que podem também contribuir para o aumento do fluxo migratório para o litoral, pelo que é necessário aproveitar essas infraestruturas como uma oportunidade de aproximar o litoral e, ao mesmo tempo, atrair população para o concelho independentemente da sua nacionalidade, sempre com o intuito de aumentar a população, fixar a juventude, garantindo assim a continuidade do desenvolvimento local.

Defendeu que a Academia de Música de Castelo de Paiva tem margem de crescimento para um novo desafio que poderá passar por uma especialização profissional no domínio das artes e do espetáculo.

Questionou de que serve ter empresas, ter estradas, se o concelho não tiver pessoas; de que serve ter infraestruturas se o concelho não consegue atrair e fixar população. Disse que falar em educação é falar em desenvolvimento; falar em desenvolvimento é falar na fixação de pessoas; fixar pessoas é ter políticas atrativas populacionais: tudo isso é educação.

KD



Fls. 287

Referiu que se o anterior executivo marcou a sua governação por uma política de proximidade e na regularização das contas do Município, este novo executivo tem margem orçamental para pensar e agir de forma mais ousada e mais ambiciosa, restando saber se está disposto a isso e se tem capacidade para tal.

Concluiu, referindo que o PS não ficará sentado a assistir; contem com ele para o desafio do futuro do concelho.

A deputada Vanessa Pereira (GMPSD) proferiu a intervenção final em representação do GMPSD, referindo que ainda que o PSD julgue que este não é o timing para a realização da presente AM, ficam satisfeitos que alguns se começem a preocupar com a educação, que são aqueles que durante os últimos doze anos nem sequer reviram a Carta Educativa; que durante os últimos quatro anos não conseguiram dizer uma única palavra sobre a educação; que enquanto estiveram no poder não tiveram a capacidade de traçar um rumo para as questões da educação.

Deu nota que estão cá hoje para dar os parabéns ao atual executivo por ter tido a coragem de fazer a revisão da Carta Educativa; por ter tido a coragem e a transparência que muitos não têm de chamar todos os protagonistas, tendo sido ouvidas mais de 46 entidades; todos sem exceção puderam dizer o que é que acham da educação, sem ter medo que a sua opinião possa não ser coincidente com a do executivo.

Salientou que não podiam deixar de lembrar que chegar aqui e dizer que o atual executivo tem de fazer tudo quando no passado nada foi feito, que isso é no mínimo demagógico. Disse que as pessoas que disseram isso são aquelas que durante doze anos não fizeram uma única questão sobre a Carta Educativa; são as mesmas que no último mandato não tiveram a coragem de perguntar ao anterior executivo quando é que iam rever a Carta Educativa; quando é que vão traçar o destino para as escolas do concelho; quando é que vão acabar com as escolas que têm dois ou três alunos. Realçou que não é só agora que há problemas com a educação, com a falta

de respostas na área do ensino profissional, só que há quatro anos atrás não havia coragem para perguntar qual era o rumo para a educação.

Deu nota que a transferência de competências na área da educação trouxe uma série de desafios para os municípios, sendo que conforme foi dito pelas Senhoras Diretoras dos Agrupamentos de Escolas, nada estava feito até à entrada no executivo do PSD na Câmara Municipal, pelo que foi feita uma corrida contra o tempo para terem um ensino de qualidade e para que os alunos não fossem postos em causa.

Referiu que os desafios são diários, mas não se podem esconder naquilo que não foi feito no passado e que agora se quer que se faça tudo: estão aqui todos para deixar que isso seja politiquice e que seja a definição daquilo que querem para a educação, ouvindo as Associações de Pais, os alunos, no sentido de saberem o que é que acham que é o melhor para o ensino no concelho.

Defendeu que todos em conjunto com a empresa serão capazes de fazer da Carta Educativa um documento estruturante para que no futuro possam dizer que têm orgulho do ensino em Castelo de Paiva.

Referiu que tem orgulho em ter estudado na escola pública com menos condições das que existem atualmente, mas têm de apostar na escola pública, formar homens e mulheres para construir o futuro, porque o futuro não será fácil, terão de ser tomadas decisões que nem todos querem tomar, porque é para isso que cá estão.

Concluiu, referindo que o PSD está sempre disponível para assumir as suas responsabilidades no sentido de pensar o melhor para o futuro: já deviam ter feito isso há muitos anos atrás.

3. Intervenção do Público.

O munícipe Joaquim Moreira, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que o Dr. Ricardo Agostinho falou de estrangeiros, mas esqueceu-se quem também cá estão cidadãos de Cabo Verde e da Guiné Bissau; que falou num rendimento de 900,00€ no concelho, mas o salário mínimo é 760,00€ (salário de 90% dos Paivenses),

KH

a não ser que sejam os membros da função pública, pelo que era conveniente retificar isso, o concelho é muito pobre.

Questionou se o Professor Agostinho Vieira conhece a barragem do Seixo; o prejuízo que causaram ao seu pai e ao concelho (pai queria três mil contos e o Município pagou-lhe nove mil contos), tendo também questionado onde está o Sr. Antero Gaspar para ser responsabilizado; que o seu pai também queria trinta mil contos relativos à construção de uma piscina e no fim custou noventa mil contos, pelo que depois não há dinheiro para saneamento.

O munícipe João Vieira, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que na qualidade de representante da “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva”, não sabe porque é que a associação em causa não foi convidada; que o Dr. Ricardo Agostinho ao fazer a alusão à “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva” sente que esta tem algum peso; que a “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva” deveria ter sido convidada, porque todos sabem que essa associação é uma mais-valia para o concelho, que é a que mais tem contribuído para a história e a cultura do concelho.

Referiu que são muitas as escolas que se deslocam ao Museu das Profissões das Tradições e do Linho da associação (no dia 11 de julho vão lá estar cerca de 60 crianças de Real).

O munícipe Carlos Rocha, residente na freguesia de Real, usou da palavra para dar nota que a sua freguesia recebeu duas Professoras oriundas de Penafiel na EB1 de Real que vão cessar a sua atividade, pelo que queria aproveitar para lhes agradecer publicamente a forma profissional e gentil como trataram os alunos, tendo deixado uma marca indelével que jamais será esquecida.

Referiu que têm tido uma parceria muito boa com a Câmara Municipal na melhoria das condições das escolas de Real, e que independentemente do



Fls. _____

que vier a acontecer com as escolas têm de continuar a melhorá-las para o próximo ano letivo.

O município José Adelino Nunes usou da palavra para dizer que deve haver um intercâmbio ao nível do plano curricular entre a escola e a sociedade civil, designadamente ao nível da história de Castelo de Paiva (minas do Pejão, Casa da Boavista, cais de acostagem, pesca da lampreia e do sável) para que os alunos dela tenham conhecimento, algo que também deveria estar inscrito na Carta Educativa, sendo que reconhece que isso será difícil porque é o Estado que define os programas letivos.

Concluiu, manifestando a sua discordância pela forma como foram organizados os tempos de intervenção dos deputados da AM.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para responder a algumas questões que foram colocadas neste período.

Deu nota que importa separar as entidades que foram convidadas para a presente sessão e as entidades que foram convidadas para participar na revisão da Carta Educativa: os convidados para a presente sessão, no âmbito do que foi estabelecido com os líderes dos GM, o GMPS enviou uma primeira lista; pediram contributos a todos os GM para indicarem eventuais convidados; foram indicados pelos GM eventuais convidados; essa lista foi comunicada ao GMPS que, como requerente, indicou ao Sr. Presidente da AM no seu requerimento quais as entidades a convidar, sendo que a “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva” não constava dessa lista, tal como não constava da lista de recomendação de ninguém.

Relativamente aos convites para a revisão da Carta Educativa, explicou que podem quase assumir o mesmo, ou seja, já houve na sessão de hoje a disponibilidade de vir a ser convidada, mas também já foi referido, e ele próprio fez o desafio a todos os líderes dos GM para lhe darem contributos para a sua prestação quando foi ouvido no processo, e nenhum GM indicou que a “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva” devia ser ouvida nesse âmbito. Referindo-se

à intervenção do munícipe José Adelino Nunes, referiu que hoje não discutiram a Carta Educativa, mas sim a educação em Castelo de Paiva, situação atual e perspetivas para a próxima década, e a empresa que está a tratar do processo de revisão do documento foi uma das entidades referenciadas para ser convidada para a presente sessão. Disse que a sugestão dada pelo munícipe José Adelino Nunes fica registada, vendo-se mais tarde se fica registada na Carta Educativa.

Concluiu, referindo que a forma de funcionamento da AM é decidida pela própria AM.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para, referindo-se à intervenção do munícipe Carlos Rocha, referir que quer a Junta de Freguesia da Real, quer as outras Juntas de Freguesia do concelho, podem continuar a contar com a colaboração do Município nas melhorias que são necessárias efetuar nas escolas do concelho.

Referindo-se à intervenção do munícipe Joaquim Moreira, referiu que este não fez propriamente questões, mas sim um conjunto de observações sobre as quais não se ia pronunciar.

Deu nota que sendo uma AM direcionada para o tema da educação, e tendo sido requerida pelo GMPS, estão presentes na sessão as entidades que foram convidadas.

Quanto à intervenção do munícipe João Vieira, respondeu que foram auscultadas quarenta e seis entidades; que algumas dessas entidades foram sugerindo mais entidades para serem consultadas, sendo que até ao dia de hoje nenhuma delas falou na questão da “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva”, não querendo dizer com isso que o seu contributo não seja importante (Dr. Ricardo Agostinho já disse que vai chamar a associação, se esta estiver disponível, para dar o seu contributo). Disse que, da sua parte, se houve alguma má interpretação pedia desculpa por esse facto.

A Vereadora Liliana Vieira usou da palavra para, referindo-se à intervenção do munícipe José Adelino Nunes, dizer que a Câmara



Municipal já tem algumas parcerias com entidades da sociedade civil que vão fazendo a divulgação da história do Município, designadamente, a Rota do Românico, que vai desenvolvendo ao longo dos anos letivos atividades com as escolas relativas à história do “Marmoiral” de Sobrado. Disse que recolheram o contributo do munícipe José Adelino Nunes, e irão, se for possível, colocar esse contributo na Carta Educativa para que depois se possa implementar no âmbito da educação.

O Dr. Ricardo Agostinho usou da palavra para dizer que não ia repetir as respostas que foram dadas relativamente à questão da “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva”, mas dizer que ainda há tempo de envolver quer a referida associação, quer outras entidades que de alguma forma se sintam no direito, e no dever, de contribuir para este processo.

Sobre o ganho médio mensal, disse que se referiram ao ganho médio mensal para o concelho de Castelo Paiva, que é calculado desde o vencimento do diretor geral da empresa, desde o técnico superior do Município e desde o do trabalhador indiferenciado na indústria, ou seja, desde o ordenado mínimo ao ordenado mais alto que seja registado no concelho, pelo que os 927,00€ de média referem-se ao ganho médio mensal. Disse que da mesma forma que essa média para Castelo de Paiva é de 927,00€, no país é de 1.289,00€, ou seja, a média dos vencimentos da população ativa.

Relativamente à origem da população estrangeira, disse que recorrendo mais uma vez a estatística oficial, destacaram as três nacionalidades que ocupam os três primeiros lugares: o Brasil, o Bangladesh e a China. Referiu que haverá certamente no concelho pessoas provenientes de Guiné, de Moçambique, da Holanda, de Inglaterra, mas não têm expressão para serem destacados nos três primeiros, certamente aparecerão outros lugares dessa ordenação.

A sessão foi encerrada às 19:20 horas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. 290

O Presidente da AM,

D. J. P.

O 1.º Secretário, em exercício,

R. F. S. R.

A 2.ª Secretária,

